

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE

2025



SUMÁRIO



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. BASE DE PREPARAÇÃO	5
2.1 SOBRE ESTE RELATÓRIO	5
2.2 ESCOPO DE DIVULGAÇÃO	6
2.3 INCERTEZAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS	7
2.4 CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO	7
2.5 ENTIDADES COBERTAS	8
2.6 DETERMINAÇÃO DE MATERIALIDADE FINANCEIRA	8
3. GOVERNANÇA	10
3.1 ESTRUTURA DE SUPERVISÃO	11
3.2 COMPETÊNCIAS E CAPACITAÇÃO	16
3.3 INTEGRAÇÃO COM ESTRATÉGIA E REMUNERAÇÃO	17
4. ESTRATÉGIA	18
4.1 DETERMINAÇÃO DE TEMAS MATERIAIS – METODOLOGIA E ABORDAGEM	28
4.2 IMPACTOS NA ESTRATÉGIA E NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO	52
4.3 RESILIÊNCIA DA ESTRATÉGIA – ANÁLISE DE CENÁRIOS CLIMÁTICOS	54
4.4 TRADE-OFFS E PRIORIZAÇÃO	58
5. GESTÃO DE RISCOS	60
5.1 PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	60
5.2 FERRAMENTAS E CONTROLES	65
6. METAS E MÉTRICAS	66
6.1 METAS E PROGRESSO	67
6.2 EMISSÕES	71
6.3 COMPROMISSOS 2030	74
6.4 METAS CLIMÁTICAS	75
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 marcou um novo passo na evolução da C&A Modas S.A. (C&A) rumo a uma gestão cada vez mais integrada e transparente. Apresentamos nosso primeiro Relatório Financeiro de Sustentabilidade, elaborado de forma voluntária em conformidade com os pronunciamentos CBPS 01 e 02 aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) equivalentes às normas IFRS S1 e S2 emitidos pelo International Sustainability Standard Board (ISSB). A decisão reflete o mesmo compromisso que orienta nossa estratégia: integrar disciplina de gestão, governança e clima à geração sustentável de valor para todos os nossos acionistas e demais *stakeholders*.

Como uma das principais varejistas de moda do Brasil, interagimos diariamente com milhões de consumidores, colaboradores, fornecedores e comunidades. Atuamos em um setor de cadeias complexas e alta sensibilidade socioambiental, o que torna a gestão integrada de riscos e oportunidades climáticas uma dimensão estratégica central — não um tema paralelo ao negócio. Em 2025, avançamos na atualização de nossa materialidade financeira e de nossa matriz de riscos corporativos, aprofundando a compreensão sobre os fatores climáticos de transição e físicos com potencial de impacto em nossas operações, cadeia têxtil e modelos de fornecimento.

Ao mesmo tempo, identificamos e fortalecemos oportunidades associadas à eficiência operacional, à integração de soluções digitais e logísticas, à ampliação do uso de energia renovável e à escalabilidade de produtos mais sustentáveis. Todos esses temas estão incorporados à nossa estratégia e refletem nossas prioridades de curto, médio e longo prazo.

Reconhecemos que a agenda climática é dinâmica e exige evolução contínua. Por isso, seguimos aprimorando nossas práticas de coleta, análise e divulgação de informações, fortalecendo os sistemas internos de governança, dados e controles que dão suporte à tomada de decisão. Este relatório representa um passo adicional nessa jornada e reforça nosso compromisso de oferecer aos nossos *stakeholders* uma visão clara, robusta e responsável do desempenho da C&A. Agradecemos o empenho de nossos associados, parceiros e fornecedores, e a confiança de nossos clientes e acionistas. Seguiremos comprometidos com a construção de um futuro mais sustentável, competitivo e inclusivo.

A Administração
C&A Modas S.A.



Marcos Guimarães Grasso
Presidente do Conselho
de Administração



Paulo Correa Junior
Presidente

1. SUMÁRIO EXECUTIVO PARA INVESTIDORES

A C&A apresenta, a seguir, um sumário executivo dos principais riscos e oportunidades mapeados, bem como seus respectivos impactos financeiros e potenciais impactos futuros.

Riscos e Fatores Climáticos	Impacto Financeiro em 2025	Impactos Futuros
Mudanças nos padrões climáticos expõe ao risco de assertividade das coleções	(13.865)	(63.763)
Eventos climáticos extremos que podem expor ao risco de baixa performance dos canais de vendas	(1.230)	(20.876)
Eventos climáticos extremos que podem expor ao risco de modelo e capacidade de distribuição logística	Qualitativo	Qualitativo
Eventos Climáticos Extremos e Alterações e/ou não cumprimento de legislações climáticas que possam impactar a dependência de terceiros	Qualitativo	Qualitativo

Oportunidades	Impacto Financeiro em 2025	Impactos Futuros
Escalabilidade de produtos sustentáveis	Qualitativo	Qualitativo
Otimização Operacional	3.979	127.914
Projetos de reformas e expansão com menor impacto	41.725	327.684



2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este Relatório Financeiro de Sustentabilidade (“Relatório”), elaborado em caráter voluntário, apresenta as divulgações da C&A Modas S.A. (“Companhia” ou “C&A”) e de suas controladas sobre riscos e oportunidades relacionados a clima (CBPS 02/IFRS S2) que possam influenciar a geração de valor e o desempenho financeiro da Companhia no curto, médio e longo prazos.

Em atendimento às disposições da Resolução CVM nº 193/2023, conforme alterada pela Resolução CVM nº 244/2026, a Companhia informa que a divulgação do Relatório Financeiro de Sustentabilidade foi realizada de forma voluntária e previamente comunicada ao mercado, por meio de Comunicado ao Mercado divulgado em 23 de dezembro de 2025.

Este Relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da C&A, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que com-

preendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é em milhares de Reais (R\$).

Este relatório está alinhado também ao Relatório Integrado Anual 2025, referente ao mesmo exercício fiscal das demonstrações financeiras.

Na medida do possível, considerando diferenças de natureza, escopo e horizonte temporal das informações, os dados, premissas e estimativas utilizados na elaboração das divulgações relacionadas ao clima neste Relatório são consistentes com aqueles utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Quando forem utilizadas premissas ou estimativas distintas, especialmente em projeções de



longo prazo, modelagens de cenários climáticos ou informações baseadas em dados de terceiros, tais diferenças decorrem das características específicas dessas informações e não comprometem a consistência geral entre o Relatório Financeiro de Sustentabilidade e as demonstrações financeiras consolidadas.

Determinadas estimativas e projeções incluídas neste Relatório consideram, quando aplicável, a legislação tributária vigente à época de sua elaboração e estão alinhadas às premissas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

No contexto da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, em primeira fase, pela Lei Complementar nº 214/2025, que estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição ao PIS e à COFINS, parte das premissas adotadas pode não refletir integralmente o ambiente tributário futuro.

Considerando que a implementação da CBS ocorre de forma gradual e que determinados aspectos operacionais relevantes, incluindo a definição de alíquotas efetivas, mecanismos de creditamento e regras específicas de aplicação, ainda estão em evolução, os efeitos financeiros futuros poderão diferir das estimativas atualmente apresentadas neste Relatório, especialmente no que se refere ao aproveitamento de créditos tributários associados a despesas e investimentos, incluindo ativos sujeitos à depreciação.

Adicionalmente, na preparação deste Relatório, a Companhia adota o critério de referência única para informações comuns aos requisitos aplicáveis.

Quando um mesmo assunto é requerido em mais de uma seção, a Companhia apresenta o conteúdo completo uma única vez na seção mais adequada e mantendo a conectividade das divulgações e facilitando a leitura.

2.2. ESCOPO DE DIVULGAÇÃO

O Relatório abrange as operações da C&A Modas S.A., suas subsidiárias integrais e controladas diretas e indiretas, refletindo o desempenho consolidado da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As divulgações foram preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade ("CBPS"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), equivalentes às normas internacionais de relatório financeiro de sustentabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Sustainability Standards Board ("ISSB"), incluindo:

- CBPS 01/IFRS S1, aprovado pela Resolução CVM nº 217/2024 que estabelece os requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade;

- CBPS 02/IFRS S2, aprovado pela Resolução CVM nº 218/2024, que estabelece requisitos para divulgações relacionadas ao clima;
- Resolução CVM nº 193/2023, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM nº 219/2024, nº 227/2025 e nº 244/2026, que permite a divulgação voluntária de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

Durante este ciclo de adoção voluntária, a C&A aplicou os alívios de transição previstos no CBPS 01/IFRS S1, que permitem exceções temporárias à adoção integral das normas. Entre os principais alívios adotados destacam-se a isenção da publicação simultânea deste relatório com as demonstrações financeiras consolidadas, a divulgação restrita aos riscos e oportunidades relacionados ao clima, conforme o escopo do CBPS 02/IFRS S2, a dispensa da apresentação de informações comparativas sobre esses riscos e oportunidades, permitida no primeiro ciclo de reporte. A adoção desses alívios considerou o princípio da proporcionalidade, com base na disponibilidade de dados, maturidade dos processos e custo-benefício de implementação no período.

No que se refere às métricas e metas climáticas, a C&A mensura suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) com base na metodologia do GHG Protocol, padrão internacionalmente reconhecido para a contabilização de emissões corporativas e alinhado às exigências do CBPS 02/IFRS S2.

O inventário de emissões é elaborado segundo o critério de controle operacional, abrangendo as operações sobre as quais a Companhia exerce controle direto. Essa abordagem reflete de forma adequada a gestão interna e a exposição da Companhia aos riscos e oportunidades climáticos. A quantificação das emissões prioriza o uso de dados primários e, de forma complementar, dados secundários e estimativas, especialmente no caso das emissões de Escopo 3, em função das limitações de disponibilidade de informações na cadeia de valor. Os fatores de emissão e premissas adotados têm como base fontes reconhecidas e atualizadas.

As premissas metodológicas são revisadas ao longo do ano fiscal para refletir a evolução da qualidade dos dados, aprimoramentos metodológicos e eventuais mudanças no escopo operacional, assegurando consistência e confiabilidade das informações ao longo do tempo.

2.3. INCERTEZAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

As informações apresentadas na elaboração deste Relatório foram elaboradas com base em premissas, estimativas e julgamentos da Administração. Tais estimativas estão sujeitas a incertezas inerentes, que podem afetar a comparabilidade entre exercícios e resultar em revisões ou ajustes futuros, e refletem as melhores evidências disponíveis na data de reporte, revisadas prospectivamente sempre que novos fatos ou condições justifiquem.

Na preparação destas divulgações, a Administração exerceu julgamentos que afetam de forma significativa as informações reportadas, com destaque para: a determinação da materialidade financeira dos riscos e oportunidades climáticos; a definição dos horizontes de curto, médio e longo prazos; a definição das fronteiras organizacionais, incluindo o critério de controle operacional do inventário de emissões e a concentração da modelagem climática nas operações consolidadas no Brasil; a seleção dos cenários climáticos de referência (RCP 4.5/8.5 e SSP2-4.5/SSP5-8.5); a decisão sobre quais riscos e oportunidades foram quantificados e quais permaneceram qualitativos; e a atribuição de efeitos financeiros a fatores climáticos. Esses julgamentos são revisados sempre que novas informações e evidências se tornem disponíveis.

Os fatores de emissão e premissas adotados têm como base fontes reconhecidas, públicas e atualizadas. As premissas metodológicas são revisadas ao longo do ano fiscal para refletir a evolução da qualidade dos dados, aprimoramentos metodológicos e eventuais mudanças no escopo operacional, assegurando consistência e confiabilidade das informações ao longo do tempo.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas, premissas e incertezas incluem:

1. Projeções financeiras relacionadas a riscos climáticos de longo prazo, cuja materialização depende de fatores externos, como avanços tecnológicos, variações de mercado e condições macroeconômicas;

2. Evolução regulatória, especialmente no que diz respeito a mercados de carbono, normas ambientais e exigências legais, além de modelagens de cenários climáticos e de transição, baseadas em premissas de organismos internacionais, que podem ser revistas à luz de novas evidências científicas e políticas públicas;

3. Emissões de Escopo 3, provenientes de terceiros e da cadeia de valor, sujeitas a limitações metodológicas por utilizarem fatores de emissão externos e dados internos (Tier 2 e Tier 3), na ausência de dados primários (Tier 1);

4. Fluxos financeiros projetados relacionados aos riscos e oportunidades climáticos, trazidos a valor presente, quando aplicável, pelo custo médio ponderado de capital (WACC) estimado em 13,27% a.a., refletindo as condições econômicas e financeiras consideradas nas análises corporativas do período.

2.4. CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO

A C&A tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça. A C&A e suas controladas ("Grupo"), desempenham atividades preponderantes que englobam:

Comercialização no Varejo:

- Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no e-commerce. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, relógios, cosméticos e outros itens.

Serviços Financeiros:

- Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.
- Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais.
- Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos.
- Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 340 lojas, abastecidas por 3 centros de distribuição, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. A estrutura é complementada por hubs urbanos em Porto Alegre (RS) e Aparecida de Goiânia (GO), fortalecendo a ampliação e a eficiência da malha de distribuição. O Grupo também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce.

2.5. ENTIDADES COBERTAS

O escopo abrange as atividades operacionais da C&A no Brasil e suas controladas, conforme estrutura organizacional abaixo:

Grupo	Participação	
	Direta	Indireta
Controladas		
Orion Instituição de Pagamentos S.A.	99,99%	—
C&A Pay Holding Financeira Ltda	99,99%	—
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	—	99,99%
Fundo de investimento		
C&A Pay FIDC	100%	—

2.6. DETERMINAÇÃO DE MATERIALIDADE FINANCEIRA

A definição das informações incluídas neste Relatório Financeiro de Sustentabilidade segue o princípio da materialidade, conforme estabelecido na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00) e nas normas CBPS 01/IFRS S1 e CBPS 02/IFRS S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). De acordo com o CPC 00, uma informação é considerada material quando sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, de forma razoável, as decisões dos investidores, credores e demais usuários primários das demonstrações e relatórios corporativos.



EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

A avaliação de materialidade financeira tem por objetivo identificar essas informações e orientar o foco e a qualidade das divulgações, evitando tanto a omissão de temas relevantes quanto o excesso de conteúdo genérico. O julgamento ampara-se nas normas aplicáveis — entre elas o IFRS Practice Statement 2, a NBC TA 320, a OCPC 07 (R1) e o CPC 26 (R1) — e combina critérios quantitativos e qualitativos, aplicados com julgamento profissional da Administração e formalmente documentados para assegurar transparência e consistência.

O processo parte da definição de uma base de referência adequada ao setor. Por se tratar de varejo de moda, operação de alto volume e baixo preço médio de venda, a Companhia adotou a Receita Líquida, por refletir de forma mais consistente a escala do negócio do que o lucro, sujeito a maior volatilidade. A faixa aplicada sobre essa base é então calibrada por fatores qualitativos, como complexidade do negócio, risco regulatório e reputacional, expectativas dos stakeholders e histórico de ajustes, em coerência com o perfil conservador de gestão de riscos da Companhia. Independentemente do patamar quantitativo apurado, um item é tratado como material quando afetar covenants ou indicadores financeiros, alterar tendência de resultados ou apresentar impacto regulatório ou reputacional relevante.

Dessa forma, os riscos e oportunidades relacionados ao clima aqui apresentados refletem aqueles que a Administração entende terem potencial de afetar significativamente a posição patrimonial, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia, no curto, médio e longo prazos. O detalhamento do processo de identificação e priorização dos temas materiais é apresentado no capítulo de Estratégia deste Relatório.



3. GOVERNANÇA

A governança corporativa da C&A é estruturada para integrar a supervisão dos riscos e oportunidades que incluem fatores climáticos relevantes para a Companhia, considerando seus impactos nos horizontes de curto, médio e longo prazos. Essa estrutura observa as boas práticas de governança corporativa e está alinhada a recomendações internacionais, incluindo *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)* e os pronunciamentos CBPS 01/IFRS S1 e CBPS 02/IFRS S2, promovendo integração entre sustentabilidade, estratégia, planejamento financeiro e gestão de riscos. A arquitetura de governança é composta pelo Conselho de Administração e pelos Comitês de Assessoramento, sendo eles o Comitê de Gente & ASG (CGASG), Comitê de Estratégia (CE) e Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças (CARF), além da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, todos atuando com competências definidas em seus respectivos regimentos internos.

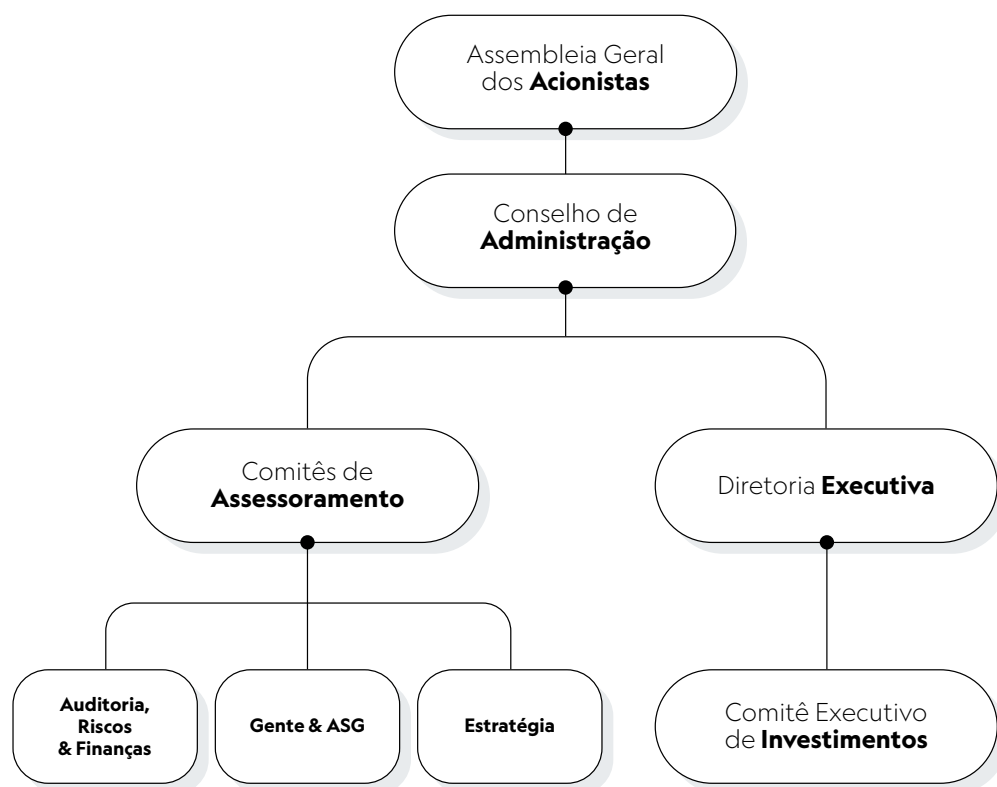
No exercício dessas atribuições, os órgãos de governança consideram *trade-offs* associados aos riscos e

oportunidades climáticas, incluindo impactos financeiros, operacionais, regulatórios e reputacionais, bem como seus efeitos nos diferentes horizontes temporais, de forma a apoiar decisões estratégicas alinhadas à criação de valor sustentável.

As divulgações de governança climática deste Relatório foram estruturadas de forma integrada às divulgações de governança corporativa e de gestão de riscos da C&A. Com o objetivo de evitar duplicações desnecessárias de informações, a Companhia adotou uma abordagem de referência cruzada, centralizando a descrição das atribuições, responsabilidades e funcionamento dos órgãos de governança (Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria Executiva) nas seções de Governança Corporativa e Gestão de Riscos. Essa estrutura reflete a forma como a governança climática está integrada ao modelo geral de governança e de Enterprise Risk Management (ERM) da Companhia, assegurando consistência, clareza e conectividade das informações apresentadas ao longo do Relatório.



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



Adicionalmente, a Companhia reconhece a importância de evoluir continuamente a forma como as informações relacionadas à governança climática são estruturadas e apresentadas em seus relatórios, de modo a reforçar a clareza, a conectividade e a compreensão das divulgações. Embora a governança de sustentabilidade e clima esteja integrada à estrutura decisória e aos fóruns de supervisão da Companhia, o processo de organização das divulgações climáticas segue em aprimoramento, com foco em assegurar a adequada articulação entre seções, evitar sobreposições desnecessárias e fortalecer referências cruzadas. Esse aprimoramento busca tornar mais explícita a conexão entre governança, estratégia, gestão de riscos e métricas climáticas, contribuindo para maior consistência e transparência das informações apresentadas.

3.1. ESTRUTURA DE SUPERVISÃO

A estrutura de supervisão dos temas de sustentabilidade, com foco nos aspectos climáticos da C&A compreende instâncias responsáveis por analisar, consolidar e reportar informações de acordo com as competências definidas em seus regimentos internos. Essa estrutura organiza o fluxo de informações entre a Diretoria Executiva, os Comitês de Assessoramento e o Conselho de Administração, viabilizando acompanhamento periódico e tomada de decisão nos níveis adequados.

Conselho de Administração (CAD)

É a instância máxima de deliberação e supervisão, responsável por:

- Aprovar diretrizes estratégicas, metas corporativas e compromissos públicos relacionados a temas socioambientais e climáticos;
- Supervisionar os riscos estratégicos, incluindo socioambientais e climáticos;
- Aprovar as Políticas ASG e de Gerenciamento de Riscos;
- Supervisionar periodicamente a exposição da Companhia a riscos, incluindo riscos climáticos, ambientais, sociais, regulatórios e reputacionais, bem como avaliar a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do programa de integridade e conformidade (compliance);
- Revisar periodicamente os valores, princípios éticos e diretrizes de conduta da Companhia, zelando pela transparência, integridade e pelo adequado relacionamento com todas as partes interessadas (stakeholders);
- Acompanhar e revisar periodicamente a estrutura e as práticas de governança corporativa da Companhia, visando ao seu contínuo aprimoramento e alinhamento às melhores práticas de mercado e de sustentabilidade;
- Aprovar e manter atualizado o plano de sucessão do(a) Diretor(a)-Presidente, considerando aspectos de continuidade do negócio, perenidade organizacional e alinhamento estratégico de longo prazo;
- Assegurar que a Diretoria mantenha mecanismos, processos e controles internos adequados para identificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados à estratégia e à sustentabilidade da Companhia, incluindo aspectos climáticos, socioambientais, operacionais e de integridade corporativa.
- O Conselho de Administração se reúne mensalmente.



O Conselho de Administração é responsável por supervisionar os riscos estratégicos, incluindo socioambientais e climáticos.



Da esquerda para direita: Cristina Presz Palmaka de Luca, Jamil Saud Marques, Marcos Guimarães Grasso, Isabella de Oliveira V. Cavalcanti Wanderley e Peter Takaharu Furukawa

Comitê de Gente & ASG (CGASG)

É o órgão de assessoramento ao CAD atuando como guardião da agenda de ASG da C&A, bem como responsável por:

- Assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria na definição, implementação e monitoramento da estratégia ASG da Companhia;
- Apoiar a integração dos temas ASG à estratégia corporativa, à gestão de riscos e ao planejamento de longo prazo da Companhia;
- Acompanhar a implementação das políticas, diretrizes e iniciativas ASG aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Supervisionar a evolução da agenda estratégica ASG da Companhia, incluindo temas ambientais, sociais, climáticos e de governança;
- Monitorar metas, indicadores, compromissos públicos e planos de ação relacionados à estratégia ASG, propondo ajustes e prioridades quando aplicável;
- Acompanhar temas relacionados a mudanças climáticas, diversidade e inclusão, capital humano, ética, integridade e desenvolvimento sustentável;



O Comitê de Gente & ASG

é responsável por apoiar a integração dos temas ASG à estratégia corporativa, à gestão de riscos e ao planejamento de longo prazo da Companhia.

- Avaliar tendências regulatórias, demandas de stakeholders e melhores práticas de mercado relacionadas a temas ASG;
- Monitorar riscos e oportunidades relacionados a temas ASG e climáticos, bem como sua integração aos processos de gestão de riscos da Companhia.
- Reportar periodicamente ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e ao CARF a evolução do planejamento anual e das iniciativas relacionadas à agenda ASG da Companhia;
- Analisar e revisar, periodicamente, a estrutura organizacional da Companhia, assegurando a sua compatibilidade com seus objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados.
- Avaliar e monitorar a efetividade das práticas relacionadas à cultura organizacional, gestão de pessoas, engajamento, desempenho, remuneração e incentivos, por meio de indicadores e métricas relevantes.
- O CGASG realiza reuniões em periodicidade bimestral.

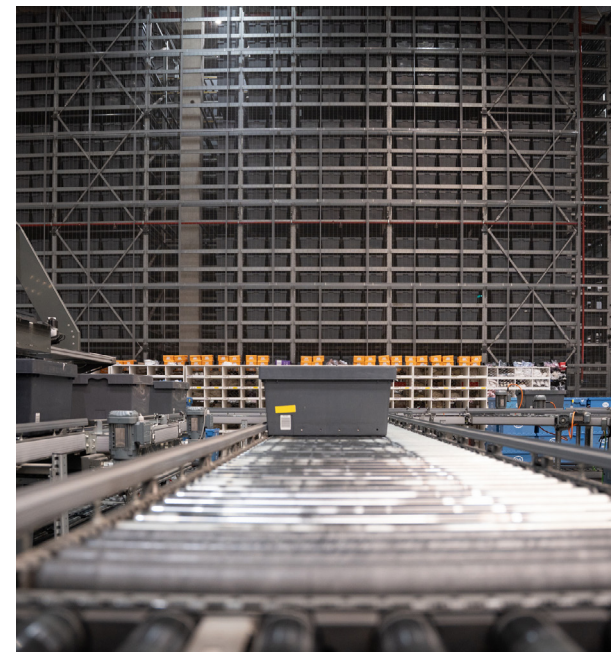
Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças (CARF)

É o órgão de assessoramento ao CAD responsável por/ pela:

- Supervisionar a gestão de riscos corporativos da Companhia, incluindo riscos operacionais, financeiros, regulatórios, socioambientais e climáticos, bem como acompanhar a revisão periódica da matriz corporativa de riscos;
- Acompanhar e supervisionar os reportes financeiros da Companhia, assegurando sua aderência às normas regulatórias, contábeis e às melhores práticas de governança corporativa e transparência.
- Acompanhar a agenda estratégica de sustentabilidade e clima, além de ser responsável pela aprovação dos relatórios relacionados à sustentabilidade.
- O CARF se reunirá, no mínimo, bimestralmente e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Comitê de Estratégia (CE)

- Assessorar o Conselho de Administração na definição, avaliação e acompanhamento da estratégia corporativa, integrando aspectos econômicos, financeiros, socioambientais e climáticos;
- Avaliar e acompanhar iniciativas estratégicas, investimentos relevantes e projetos relacionados à eficiência operacional, inovação, transformação do negócio, sustentabilidade e resiliência corporativa;
- Monitorar a execução da estratégia, corporativa e do planejamento de longo prazo da Companhia, promovendo o alinhamento entre geração de valor, sustentabilidade, gestão de riscos e desempenho operacional e financeiro;
- Acompanhar tendências de mercado, mudanças regulatórias, riscos emergentes e oportunidades estratégicas que possam impactar a competitividade, a perenidade e a sustentabilidade dos negócios da Companhia;
- Avaliar iniciativas e diretrizes relacionadas à transição climática, eficiência de recursos, inovação e desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis à estratégia e às operações da Companhia.
- O CE se reúne bimestralmente.



O Comitê de Estratégia

é responsável por projetos relacionados à eficiência operacional, inovação, transformação do negócio, sustentabilidade e resiliência corporativa.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela gestão da Companhia, conduzindo a implementação das estratégias definidas pelo Conselho de Administração, incluindo àquelas de natureza climática, e coordenando as áreas de negócio. É composta por 3 a 9 membros, atualmente, cinco estatutários, com mandatos de dois anos e possibilidade de reeleição, e dois membros não estatutários. Conta com comitês executivos que apoiam discussões estratégicas e execução alinhada aos objetivos corporativos. Um desses comitês executivos é o de Investimento.

Comitê de Investimento

- É o fórum responsável pela avaliação, deliberação e aprovação de propostas de investimento da companhia, abrangendo iniciativas de diferentes áreas de negócio, como expansão e reforma de lojas, logística, tecnologia, e-commerce, entre outras.
- As propostas submetidas incluem a justificativa do investimento, os indicadores financeiros e os retornos esperados pelo projeto, previamente validados pela área de Planejamento Financeiro. Com base nas análises realizadas, o comitê delibera pela aprovação ou reprovação dos projetos, podendo autorizar o investimento de forma integral ou por etapas (gates), condicionando liberações subsequentes à comprovação dos resultados obtidos.

Em 2025, manteve 100% de aderência às práticas do CBGC (Código Brasileiro de Governança Corporativa) aplicáveis à Companhia e avançou na criação de comitês voltados a temas como inovação, transformação digital e clientes.



A Diretoria Executiva

conta com comitês executivos que apoiam discussões estratégicas e execução alinhada aos objetivos corporativos.



Diretoria Executiva (inclui membros estatutários e não estatutários). Da esquerda para direita: Fernando Brossi, Bruno Ferreira, Laurence Beltrão, Paulo Correa, Carolina Borghesi Donatti e Cecília Preto

3.2. COMPETÊNCIAS E CAPACITAÇÃO

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva recebem formação contínua em clima, incluindo:

- Seminários de Governança;
- Atualizações trimestrais sobre temas ASG e climáticos;
- Participação em comitês especializados, como o Comitê de Gente e ASG;
- Workshops correlatos.

Dentre essas iniciativas, destaca-se o Seminário de Governança, por meio do qual o Conselho de Administração mantém um programa formal de educação continuada voltado ao fortalecimento das competências necessárias para a tomada de decisão estratégica. Nesse programa, são abordados temas críticos para o desempenho do órgão, incluindo sustentabilidade e clima, para que a alta administração esteja preparada para avaliar, supervisionar e responder aos riscos e oportunidades de sustentabilidade como por exemplo os aspectos climáticos que podem afetar a Companhia.

Em 2025, o Seminário contou com a participação dos membros dos órgãos de governança, Conselho de

Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria Executiva. A realização conjunta dos trabalhos reforça o alinhamento transversal dos temas climáticos em toda a estrutura de governança corporativa, promovendo uma visão integrada entre estratégia, riscos e sustentabilidade.

Esse fortalecimento contínuo de capacidades é complementado por um processo estruturado de indicação e seleção tanto para o Conselho de Administração quanto para os comitês de assessoramento, conforme estabelecido na Política Corporativa de Indicação da Administração. Essa política valoriza a diversidade de conhecimentos, experiências, perfis comportamentais, contextos culturais, faixas etárias e gênero, além de considerar o alinhamento com os valores e a cultura da empresa, a reputação ilibada e a formação acadêmica ou experiência profissional compatível com cada função.

A definição da composição do Conselho de Administração é ainda apoiada por uma matriz de competências, utilizada como instrumento para avaliar a complementariedade de experiências, conhecimentos e perspectivas do colegiado, bem como para subsidiar os processos de indicação, sucessão e avaliação do órgão. A composição atual do Conselho reflete uma combinação equilibrada desses atributos, contribuindo para a qualidade das discussões, a diversidade de perspectivas e a efetividade do processo decisório, inclusive no que se refere aos temas climáticos.



3.3. INTEGRAÇÃO COM ESTRATÉGIA E REMUNERAÇÃO

Desde 2024, a remuneração variável da Diretoria Executiva e das principais lideranças incorpora indicadores ASG, diretamente alinhados aos compromissos públicos definidos para 2030, incluindo metas climáticas relacionadas a emissões de Gases de Efeito Estufa, matérias-primas mais sustentáveis, circularidade, entre outros. Esses indicadores estão formalmente integrados à remuneração variável de uma parcela significativa de lideranças da Companhia e refletem prioridades relacionadas à sustentabilidade e ao clima.

Esse compromisso é traduzido no contrato de metas individual, representando 3% da consecução de seu painel de metas total anual. Além disso, nos casos de alta liderança, este percentual pode chegar a 15%.

Conforme previsto na Política de Remuneração dos Administradores, esses indicadores compõem tanto a definição quanto a avaliação das metas corporativas e individuais, fortalecendo o alinhamento entre desempenho, gestão de

riscos e criação de valor sustentável no longo prazo. O desempenho em ASG é monitorado trimestralmente e avaliado anualmente pelo Comitê de Gente & ASG, Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e pelo Conselho de Administração, assegurando consistência entre os resultados de sustentabilidade, o desempenho financeiro e os princípios estabelecidos na [Política de Remuneração](#).

O modelo de remuneração contempla o dobramento das metas para diferentes níveis hierárquicos, promovendo alinhamento transversal, fortalecendo a cultura de responsabilidade compartilhada e ampliando o engajamento das equipes com a agenda climática e de sustentabilidade. Nesse contexto, o Incentivo de Curto Prazo (ICP) incorpora o atingimento das metas ASG e climáticas para fins de apuração e pagamento da participação nos resultados, contribuindo para que a alta administração tome decisões informadas e alinhadas à estratégia de sustentabilidade da Companhia.

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA



4. ESTRATÉGIA

Na C&A, a sustentabilidade constitui uma jornada integrante ao modelo de negócios e orienta a formulação e execução da estratégia corporativa. A Companhia reconhece que a geração de valor econômico sustentável depende da integração de práticas responsáveis ao longo da cadeia de valor, da gestão adequada dos impactos climáticos e do cuidado com o capital humano, social e natural. Essa abordagem dialoga com os requerimentos da CBPS 02/IFRS S2, que exigem a divulgação de fatores climáticos capazes de influenciar a posição patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade ao longo dos horizontes de curto, médio e longo prazos.

Nesse contexto, a sustentabilidade está integrada aos processos de identificação e avaliação de riscos e oportunidades materiais, incluindo aqueles relacionados ao clima, apoiando a definição de prioridades estratégicas, decisões de investimento, planejamento de recursos e desenvolvimento de produtos e operações. Essa integração contribui para fortalecer a resiliência do modelo de negócios e para a competitividade da Companhia em diferentes cenários.

Essa visão orienta a forma como a C&A se relaciona com seus principais stakeholders, respaldando escolhas estratégicas que combinam performance financeira, ética, inovação e eficiência operacional, ao mesmo tempo em que ampliam a capacidade de adaptação da Companhia às mudanças estruturais do ambiente de negócios e às expectativas regulatórias e de mercado.

Ao longo de cerca de duas décadas, a Companhia estruturou um programa socioambiental na cadeia de valor, com critérios de conformidade, monitoramento contínuo e desenvolvimento de parceiros, visando mitigar riscos materiais relacionados à sustentabilidade e capturar oportunidades que possam influenciar o desempenho, a posição patrimonial e os fluxos de caixa futuros. Além disso, há mais de 15 anos, a C&A divulga informações relacionadas à sustentabilidade, fortalecendo a prestação de contas sobre temas materiais, incluindo a gestão de riscos relacionados ao clima. Nesse período, a governança foi fortalecida com a consolidação de um Comitê de Sustentabilidade e com a evolução de ciclos estruturados de compromissos públicos (2015–2021; 2022–2030), convertendo ambições de longo prazo em metas mensuráveis e monitoráveis.



No eixo climático, foram conduzidos dois ciclos de metas aprovadas pela SBTi, com marcos em 2020 e 2025, abrangendo os Escopos 1, 2 e 3. Essas iniciativas reforçam a aderência às expectativas da CBPS 02/IFRS S2 quanto à identificação, gestão e divulgação de riscos e oportunidades climáticas, bem como ao acompanhamento de indicadores de desempenho relevantes. A Companhia também é signatária de iniciativas globais, como o Pacto Global da ONU, reforçando sua estratégia por meio do alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a padrões internacionais.

Lançada em 2024 para o ciclo 2024–2026, a Estratégia Energia consolida os direcionadores estratégicos do negócio e define as principais alavancas para acelerar crescimento, eficiência e fortalecimento da marca. A estratégia está estruturada em três pilares interdependentes: (i) Marca e Relacionamento, (ii) Produto e (iii) Jornada Omni, apoiados por viabilizadores transversais como Tecnologia, Cultura e Sustentabilidade, assegurando coerência entre direcionamento estratégico e execução. O tema de Mudanças Climáticas está inserido de forma transversal nessa arquitetura, orientando decisões estratégicas e iniciativas ao longo dessas alavancas.

No pilar de Marca e Relacionamento, a agenda de Mudanças Climáticas contribui para preservar e fortalecer o valor da marca no longo prazo. A incorporação desses temas ao posicionamento institucional e à forma como nos relacionamos com as clientes reforça atribui-



energia C&A

A Estratégia Energia

consolida os direcionadores estratégicos do negócio e define as principais alavancas para acelerar crescimento, eficiência e fortalecimento da marca.

tos como confiança, credibilidade e coerência entre propósito e prática, fatores relevantes para a sustentação da relevância da marca, do engajamento e da preferência das clientes, além da mitigação de riscos reputacionais. Essa abordagem apoia a longevidade da marca e sua capacidade de adaptação a mudanças nas expectativas do mercado e dos consumidores.

No pilar de Produto, a agenda climática está integrada às decisões estratégicas relacionadas ao portfólio, à inovação e à gestão de riscos. A orientação para o desenvolvimento de produtos com menor intensidade ambiental contribui para reduzir exposições à volatilidade de custos, a riscos regulatórios e a desafios de suprimento ao longo da cadeia de valor. Ao alinhar decisões de produto a uma perspectiva de médio e longo prazo, fortalecemos a resiliência do mix comercial, apoiamos a disciplina operacional e sustentamos a geração de valor financeiro em um contexto de transição para uma economia de baixo carbono.

Na Jornada Omni, o tema de Mudanças Climáticas está integrado à estratégia de eficiência operacional e resiliência do modelo de negócios. A evolução da integração entre canais físicos e digitais contribui para a otimização de estoques, logística e uso de ativos, com efeitos sobre custos, produtividade e retorno sobre o capital empregado. Essa abordagem apoia a mitigação de riscos físicos e de transição relacionados ao clima e reforça nossa capacidade de operar de forma eficiente e escalável em diferentes cenários econômicos e regulatórios.

Ao integrar a agenda de sustentabilidade, especialmente as mudanças climáticas, às alavancas da Estratégia Energia, a C&A consolida uma abordagem estratégica orientada à criação e preservação de valor no longo prazo, fortalecendo a resiliência do modelo de negócios, mitigando riscos relevantes e posicionando a Companhia para capturar oportunidades associadas à transição para uma economia de baixo carbono.

Definição de Horizontes Temporais (fundamentada e alinhada às metas públicas)

A definição de horizontes de tempo para a gestão dos riscos e oportunidades climáticas na C&A é fundamentada na conexão entre as variáveis climáticas, financeiras e contábeis, para que haja coerência com o planejamento orçamentário, os ciclos de investimento e as metas públicas de sustentabilidade estabelecidas no Compromisso 2030, incluindo o compromisso firmado com a Science Based Targets initiative (SBTi).

Os horizontes adotados pela Companhia refletem o ciclo de planejamento financeiro e os prazos de maturação dos impactos climáticos relevantes:

- **Curto prazo (até 1 ano):** abrange o ciclo orçamentário anual e os indicadores de desempenho consolidados nas demonstrações financeiras. Inclui ações operacionais imediatas, como eficiência energética, consumo de energia renovável e mitigação de emissões diretas (Escopos 1 e 2).

- **Médio prazo (de 2 a 5 anos):** corresponde ao horizonte do plano estratégico Energia C&A (2024–2026) e dos planos de capital. Envolve a integração de riscos e oportunidades climáticos à estratégia.
- **Longo prazo (acima de 5 anos):** associado aos compromissos públicos de descarbonização, à transição para modelos de negócio mais resilientes e aos impactos climáticos de maior incerteza e maturação gradual. Embora não esteja limitado a um período específico, para fins de mensuração dos impactos financeiros divulgados neste relatório, foram consideradas projeções com horizonte de até 10 anos, compatível com o ciclo de maturação dos principais riscos e oportunidades analisados.

Essa definição busca maior alinhamento entre o horizonte temporal do planejamento financeiro e estratégico, permitindo que as informações de sustentabilidade apresentadas neste relatório sejam analisadas sob a mesma ótica temporal.

Modelo de Negócio e Cadeia de Valor

O modelo de negócios da C&A está estruturado em uma cadeia de valor integrada e multicanal, que conecta as etapas de abastecimento, desenvolvimento de produto, operações e relacionamento com clientes, além da oferta de meios de pagamento. Essa cadeia combina fornecedores globais e nacionais, processos internos orientados por dados e uma malha logística e

comercial integrada, viabilizando a criação, movimentação e entrega de produtos ao consumidor final.

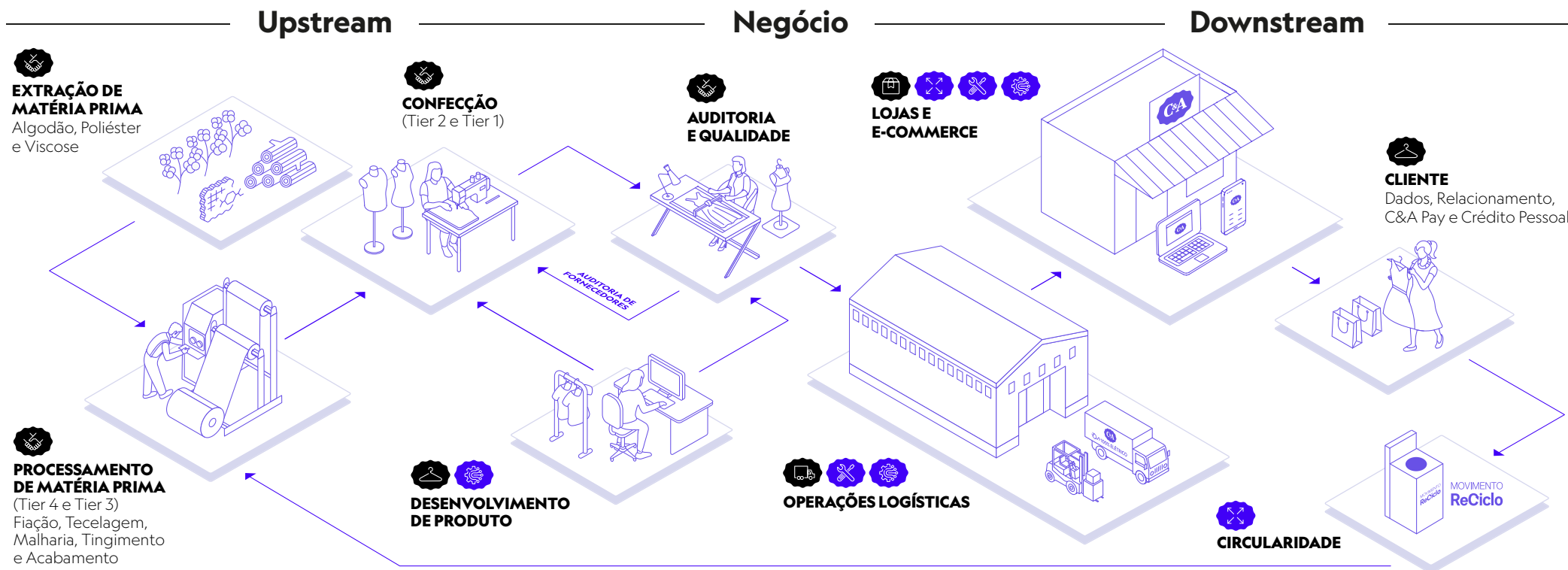
Os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas influenciam essa cadeia de forma transversal, com impactos atuais e potenciais sobre custos de produção, disponibilidade de insumos, eficiência operacional, margens e geração de valor no curto, médio e longo prazos. Os impactos climáticos se manifestam de forma distinta nas etapas upstream, de operação e downstream, exigindo abordagens diferenciadas de gestão e mitigação.

A seguir, apresentamos a cadeia de valor da C&A, evidenciando as principais atividades que compõem o modelo de negócio e os riscos e oportunidades a elas relacionados.



EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

CADEIA DE VALOR



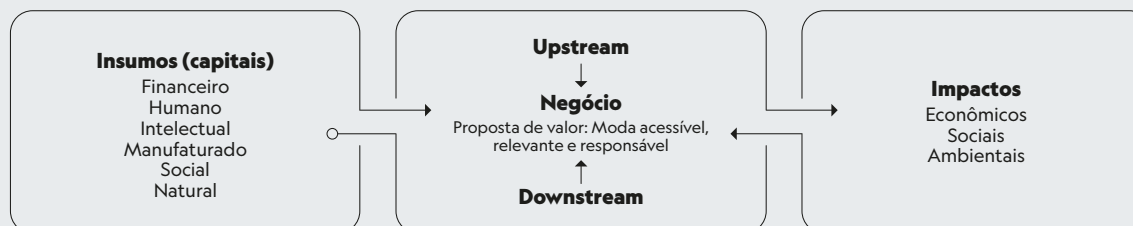
RISCOS

- Assertividade das Coleções
- Baixa performance dos canais de venda
- Dependência de Terceiros
- Modelo e Capacidade da Distribuição Logística

OPORTUNIDADES

- Escalabilidade de produtos sustentáveis
- Projeto de reforma e expansão com menor impacto
- Otimização operacional

MODELO DE NEGÓCIO



UPSTREAM – Abastecimento, matérias-primas e cadeia de fornecimento

A cadeia de valor da C&A tem início na produção e aquisição de matérias-primas e nas etapas industriais conduzidas por fornecedores diretos e indiretos. Esse conjunto de atividades concentra dependências relevantes de recursos naturais e está exposto a riscos climáticos físicos e de transição que podem afetar a disponibilidade de insumos, os custos de produção e a continuidade do abastecimento.

As etapas industriais, como fiação, tecelagem, tingimento e acabamento, são intensivas em água, energia e insumos químicos, concentrando parcela relevante das emissões e dos impactos ambientais da cadeia. Eventos como estresse hídrico, alterações nos regimes de precipitação e eventos climáticos extremos podem comprometer a produção, reduzir a disponibilidade de insumos e elevar custos operacionais, com reflexos potenciais no Custo da Mercadoria Vendida (CMV) e na previsibilidade financeira.

A dependência de matérias-primas agrícolas, como o algodão e viscose, amplia essa exposição, uma vez que sua produção é altamente sensível a variações climáticas. Mudanças nos padrões climáticos podem reduzir a oferta global, elevar preços e pressionar margens, além de aumentar a vulnerabilidade da cadeia de suprimentos.

A base produtiva da Companhia é predominantemente nacional, representando cerca de 75% da produção, complementada por fornecedores localizados na América Latina e na Ásia. Essa configuração contribui para a diversificação do abastecimento, mas também expõe a Companhia a fatores como volatilidade cambial, mudanças regulatórias, limitações logísticas e riscos climáticos regionais, que podem impactar prazos, custos e a estabilidade da cadeia.

Nesse contexto, a C&A estrutura a gestão de fornecedores como elemento central de mitigação de riscos. Todos os fornecedores passam por processos rigorosos de homologação e monitoramento contínuo, incluindo critérios socioambientais, tributários e de qualidade. No mercado nacional, fornecedores e subcontratados são submetidos a auditorias reconhecidas pelo setor, com elevada aderência a padrões como o Selo Ouro da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) e fornecedores internacionais são submetidos ao programa do SLCP (Social and Labor Convergence Program), contribuindo para maior previsibilidade do abastecimento e redução de riscos socioambientais e reputacionais.

Essa abordagem é complementada por mecanismos contínuos de monitoramento ambiental e químico,

com o uso de ferramentas próprias e o Higg Facility Environmental Module (Higg FEM) e diretrizes como o programa Descarte Zero de Produtos Químicos Perigosos (ZDHC), fortalecendo a conformidade regulatória e reduzindo a exposição a passivos ambientais e interrupções produtivas.

No eixo de matérias-primas, a Companhia avança na adoção de alternativas mais sustentáveis e resilientes, que também representam oportunidades climáticas, incluindo o uso de algodão certificado (Better Cotton Initiative - BCI¹, Algodão Brasileiro Responsável - ABR, Regenagri, entre outras), rastreabilidade por blockchain, fibras recicladas certificadas (GRS e RCS) e fibras celulósicas certificadas (FSC). Essas iniciativas contribuem para reduzir a dependência de recursos críticos, aumentar a transparência da cadeia e mitigar riscos climáticos e regulatórios no upstream, ao mesmo tempo em que fortalecem a posição competitiva da Companhia no longo prazo.

¹ O algodão BCI é adquirido por meio de um modelo de cadeia de custódia chamado balanço de massa. Isso significa que o algodão BCI não é fisicamente rastreável até os produtos finais; no entanto, os agricultores BCI se beneficiam da demanda por algodão BCI em volumes equivalentes àqueles que “adquirimos”.



A operação logística

é composta por centros de distribuição automatizados e hubs regionais estrategicamente posicionados, que sustentam a integração omnicanal.

NEGÓCIO - Desenvolvimento de produto e eficiência operacional

A etapa de negócios integra o desenvolvimento de produto, a gestão de estoques e a infraestrutura logística.

O processo de design e desenvolvimento de produto combina dados, tecnologia e inteligência comercial para aumentar a assertividade das coleções e reduzir riscos de obsolescência, perdas e sobras. A abordagem de Test & Learn está incorporada a essa etapa e permite validar produtos, volumes e materiais em escala reduzida antes da produção em larga escala, reduzindo a exposição financeira, aumentando a flexibilidade frente a variações climáticas e contribuindo para a melhoria das margens.

Ferramentas como Product Lifecycle Management (PLM) e Design for Quality (DFQ) contribuem para reduzir retrabalhos, devoluções e custos de qualidade, além de aumentar a eficiência no ciclo de desenvolvimento. A incorporação de matérias-primas mais sustentáveis também reduz a exposição à volatilidade de preços, a riscos regulatórios e a dependências de insumos intensivos em recursos naturais.

A operação logística é parte central desse modelo e é composta por centros de distribuição automatizados e hubs regionais estrategicamente posicionados, que sustentam a integração omnicanal. Essa estrutura per-

mite reduzir prazos, otimizar custos e melhorar o nível de serviço. A consolidação dessa estrutura também contribui para a redução das distâncias percorridas, além de viabilizar a eletrificação de parte da frota e a utilização de combustíveis menos poluentes.

Modelos operacionais como Push & Pull, Ship from Store, Retirada em Loja e a gestão integrada da malha logística viabilizam maior eficiência na alocação e reposição de produtos, contribuindo para a redução de rupturas, minimização de sobras e otimização do capital de giro. Além dos ganhos operacionais, a integração da malha logística permite racionalizar deslocamentos, aumentar a eficiência no uso de combustíveis e reduzir as emissões associadas ao transporte de mercadorias.

O uso intensivo de dados ao longo da operação melhora a previsão de demanda, a gestão de sortimento e a alocação de produtos, impactando diretamente indicadores como giro de estoque, margem e eficiência operacional. Essa etapa concentra riscos relacionados à variabilidade climática, que pode afetar a assertividade das coleções e a continuidade logística em eventos climáticos, mas também concentra oportunidades relevantes de eficiência operacional e redução de custos.

DOWNSTREAM - Vendas, relacionamento com clientes e circularidade

O downstream da cadeia de valor compreende os canais de venda, o relacionamento com clientes e as iniciativas de pós-venda, sendo responsável pela conversão do valor gerado nas etapas anteriores em receita.

A Companhia opera por meio de lojas físicas e canais digitais integrados, com uso intensivo de dados para a gestão de sortimento, precificação e disponibilidade de produtos. Essa integração melhora a experiência da cliente, aumenta a conversão de vendas e reduz perdas operacionais.

Práticas como reposição inteligente, visibilidade de estoque em tempo real e integração omnicanal contribuem para maior eficiência comercial e melhor atendimento à demanda, ao mesmo tempo em que reduzem riscos de ruptura e impactos financeiros associados.

Adicionalmente, iniciativas de circularidade e pós-venda, como programas de coleta e reciclagem de produtos e fluxos de logística reversa, ampliam o ciclo de vida dos produtos, reduzem resíduos, reduzem emissões e fortalecem o relacionamento com clientes. Essas iniciativas contribuem para mitigar riscos regulatórios e reputacionais e reforçam a proposta de valor da marca em um contexto de crescente expectativa por práticas responsáveis.

Os riscos climáticos nessa etapa estão relacionados principalmente a impactos indiretos sobre o comportamento de consumo e a disponibilidade de produtos, enquanto as oportunidades concentram-se no fortalecimento da proposta de valor, no aumento do engajamento das clientes e na sustentação da competitividade no longo prazo.



Iniciativas de circularidade e pós-venda, como programas de coleta e reciclagem de produtos e fluxos de logística reversa, ampliam o ciclo de vida dos produtos, reduzem resíduos e fortalecem o relacionamento com clientes.

Considerando que os riscos e oportunidades se manifestam de forma interdependente ao longo das diferentes etapas da cadeia de valor, a Companhia adota uma abordagem integrada para avaliar seus efeitos sobre as operações e sobre a base de ativos. Nesse sentido, os impactos identificados no upstream, nos negócios e no downstream são analisados de forma consolidada, de modo a capturar como riscos físicos e de transição podem afetar a continuidade das operações, a eficiência operacional e a geração de valor econômico.

EXPOSIÇÃO A AMEAÇAS CLIMÁTICAS

A seguir, apresentamos uma visão da exposição da Companhia a ameaças climáticas, considerando sua presença geográfica, ativos e operações. A exposição representa o quanto cada região representa do total de ativos da Companhia.

EXPOSIÇÃO GEOGRÁFICA

EXPOSIÇÃO POR REGIÃO

% de ativos expostos

Sudeste

12,5%

Nordeste

4%

Sul

2,8%

Centro-Oeste

1,3%

Norte

1,2%



RISCOS FÍSICOS



Inundação



Intensidade de Precipitação



Estresse Hídrico



Ondas de Calor

ATIVOS EXPOSTOS



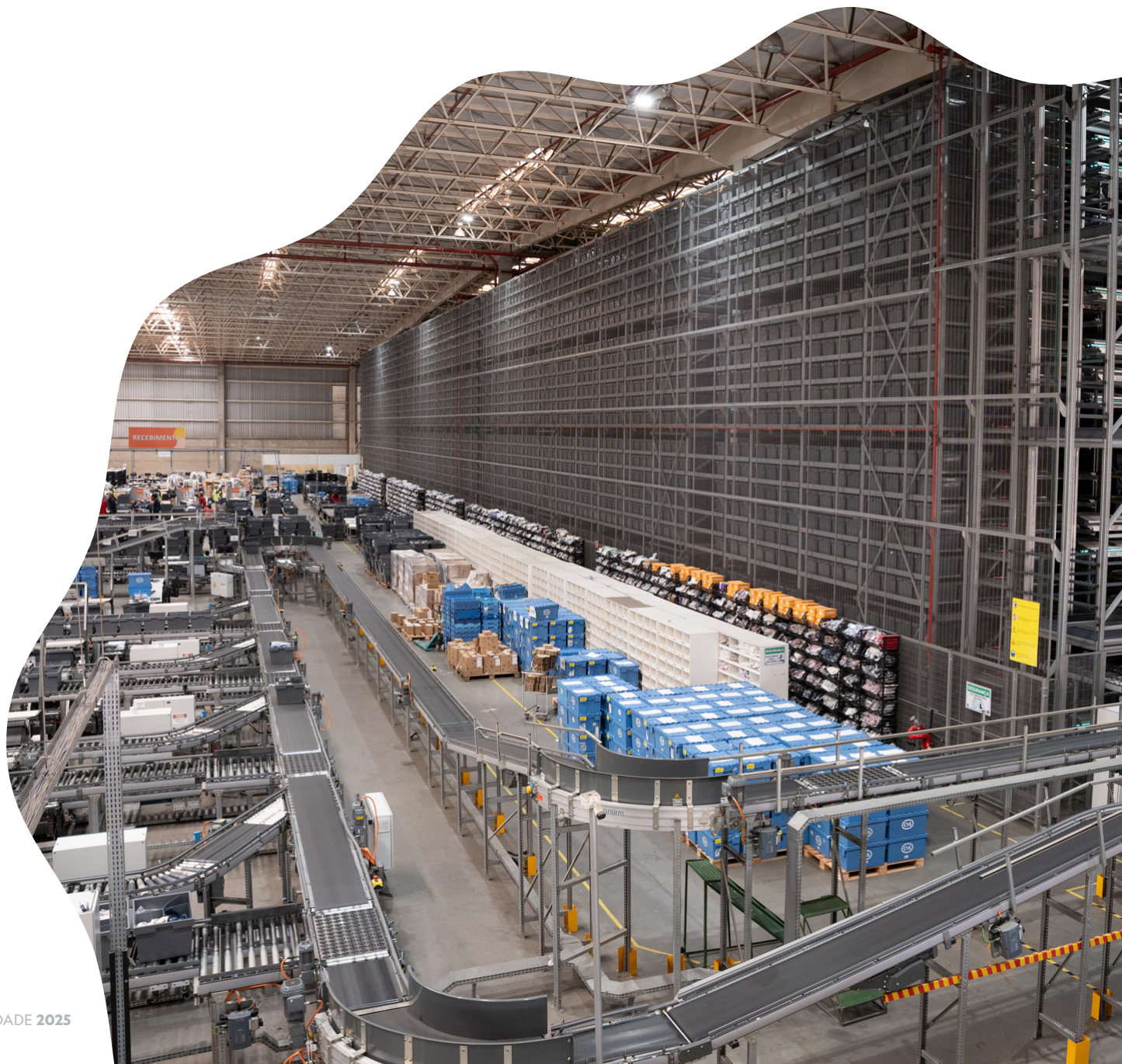
Balanço Patrimonial:

Estoques de lojas e centros de distribuição, Importação em Andamento, e Imobilizados de lojas, centros de distribuição e escritório central.

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

Para a identificação e mensuração da exposição a riscos climáticos físicos, foram utilizadas informações da plataforma pública Adapta Brasil (2025), com classificação dos municípios em cinco categorias de risco (“muito baixo” a “muito alto”). A análise contemplou 340 lojas, 3 centros de distribuição, 2 hubs e 1 escritório.

Os resultados indicam que 22,4% dos ativos estão expostos a alguma ameaça climática física.



EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

ATIVOS EXPOSTOS A AMEAÇAS CLIMÁTICAS

22,4% dos ativos estão expostos a alguma ameaça climática física

TIPO DE AMEAÇA CLIMÁTICA

Tipo de risco	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
 Inundação	2,4%	4,3%	4,9%	10,3%	0,4%
 Intensidade de precipitação	1,2%	9,2%	10,3%	1,3%	0,4%
 Estresse hídrico	0,3%	0,2%	4,8%	6,6%	0,5%
 Onda de calor	4,3%	2,4%	0,5%	0,0%	0,0%

Exposição  0 → 100%

Valores em % do Ativo Total (R\$ 9.319 mil), cenário presente

As análises indicam que a exposição da companhia aos riscos físicos relacionados ao clima apresenta diferentes níveis de intensidade entre os temas avaliados, com destaque para os riscos de inundação, intensidade de precipitação e estresse hídrico. Embora a maior parte dos ativos esteja classificada em níveis de risco muito baixo, baixo ou médio, observa-se uma parcela relevante de exposição em categorias de maior severidade, especialmente para inundação e estresse hídrico.

De forma geral, os resultados demonstram que a exposição da companhia aos riscos físicos está distribuída entre diferentes ameaças climáticas, sem concentração exclusiva em um único evento. Esse perfil reforça a importância de estratégias integradas de adaptação e gestão de riscos, capazes de aumentar a resiliência dos ativos e reduzir potenciais impactos operacionais e financeiros decorrentes da intensificação dos eventos climáticos ao longo do tempo.

4.1. DETERMINAÇÃO DE TEMAS MATERIAIS – METODOLOGIA E ABORDAGEM

Em 2025, a C&A estabeleceu sua avaliação de materialidade com base nos requisitos do International Sustainability Standards Board (ISSB), considerando exclusivamente riscos e oportunidades relacionados ao clima que possam, de maneira razoável, impactar o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, a posição financeira ou a capacidade de geração de valor da Companhia no curto, médio e longo prazos.

Além disso, a avaliação considerou potenciais efeitos sobre resultado operacional, estrutura de capital, investimentos futuros e exposição a passivos climáticos, buscando coerência conceitual com os critérios de materialidade financeira aplicados ao reporte contábil. Esse alinhamento não implica equivalência automática com a materialidade contábil, mas reflete uma base conceitual comum de materialidade financeira, aplicada sob escopo mais amplo, o qual incorpora aspectos relacionados à cadeia de valor, bem como dependências e impactos, em linha com os fundamentos estabelecidos pela CBPS 01/IFRS S1.

O processo analisou a natureza das operações da C&A, seu modelo de negócios, as decisões de alocação de capital, a estrutura de investimentos e a exposição a riscos ao longo da cadeia de valor. Foram considerados impactos atuais e potenciais, inclusive aqueles que podem se manifestar em horizontes mais longos, mesmo quando sujeitos a maior incerteza. A avaliação incorpo-

rou ainda as dependências críticas do negócio, como disponibilidade de matérias-primas, resiliência da rede de fornecedores, infraestrutura logística, acesso contínuo a energia renovável e capacidades tecnológicas para gestão de riscos.

A metodologia tomou como referência os padrões internacionais IASB (CBPS 01/IFRS S1 e CBPS 02/IFRS 02), além de práticas consolidadas em TCFD e SASB, com foco na integração entre sustentabilidade, gestão de riscos corporativos e planejamento financeiro. A abordagem envolveu:

- Mapeamento temático de riscos e oportunidades relevantes;
- Análise integrada de riscos físicos e de transição, com estimativas de impactos sobre custos, ativos, margens e capacidade operacional;
- Consulta estruturada a stakeholders estratégicos, incluindo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, investidores e fornecedores;
- Avaliação de impacto e probabilidade, utilizando métricas financeiras e climáticas;
- Análises de cenários climáticos, quando aplicável;
- Validação pela Alta Administração, assegurando incorporação dos temas priorizados à matriz corporativa de riscos e ao planejamento estratégico e orçamentário.

A avaliação de materialidade financeira foi conduzida considerando os horizontes temporais de curto, médio e longo prazos adotados pela Companhia, conforme definidos, determinando os alinhamentos com o planejamento financeiro, o ciclo estratégico e os compromissos públicos de sustentabilidade. Os riscos e oportunidades foram avaliados quanto aos seus impactos atuais e potenciais sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa ao longo desses horizontes, inclusive aqueles com manifestação mais incerta no longo prazo.

A priorização dos temas considerou a combinação entre probabilidade de ocorrência e magnitude financeira potencial, utilizando abordagens qualitativas e quantitativas. Quando relevante, foram aplicados cenários climáticos para estimar efeitos sobre receitas, custos, ativos e necessidades de investimentos de adaptação ou mitigação.

Os temas identificados como financeiramente materiais estão apresentados na sequência deste relatório, detalhando sua natureza, impactos potenciais, horizontes temporais, métricas relevantes, efeitos sobre despesas operacionais e investimentos, e sua conexão com o planejamento estratégico, gestão de riscos e desempenho financeiro.

Resultado da Avaliação de Materialidade Financeira

A atualização de 2025 consolidou a matriz de materialidade financeira, que orienta o conteúdo deste relatório. Entre os temas materiais priorizados, destacam-se:

Temas financeiramente materiais

Temas materiais	Justificativa resumida
Mudanças climáticas	Impactos climáticos e riscos de transição podem afetar custos operacionais, estratégia e competitividade.
Gestão de cadeia de fornecedores	A cadeia pode ser afetada por eventos climáticos, como secas, enchentes ou mudanças de temperatura, que comprometem produção e transporte. Falhas na gestão aumentam o risco de interrupções e de perda de insumos críticos.
Circularidade do produto	A ausência de práticas circulares aumenta o uso de recursos e a geração de resíduos, o que eleva custos e pressão ambiental. Modelos circulares contribuem para reduzir emissões e reduzir a dependência de matérias-primas.

Temas qualitativamente materiais

Temas materiais	Justificativa resumida
Transparência e relacionamento com clientes	A falta de transparência prejudica a confiança e a reputação. Com o aumento da atenção ao clima, clientes passam a cobrar mais clareza sobre impactos e ações da empresa.

Cada tema material serviu como ponto de partida para a identificação e avaliação de riscos e oportunidades relacionados, os quais foram analisados quanto à sua capacidade de gerar, preservar ou reduzir valor financeiro. Esses riscos e oportunidades foram mapeados em relação aos prazos de sua materialização (curto, médio e longo prazo), conforme metodologia descrita na seção Definição de Horizontes Temporais.

Esse mapeamento foi conduzido de forma específica para fins desta divulgação, com foco na materialidade financeira e nos requerimentos do ISSB, e, portanto, pode apresentar diferenças em relação aos temas materiais divulgados no Relatório Integrado da Companhia. Ainda assim, o processo teve como base os temas previamente identificados pelo time de Sustentabilidade, buscando manter coerência conceitual e alinhamento entre as diferentes abordagens de materialidade adotadas pela C&A, ainda que aplicadas sob perspectivas distintas.

Para suportar a avaliação dos potenciais efeitos financeiros dos riscos e oportunidades climáticos, a Companhia utiliza metodologias quantitativas baseadas na projeção de fluxos financeiros, os quais, quando aplicável, são trazidos a valor presente por meio da aplicação do custo médio ponderado de capital (WACC), estimado em 13,27% a.a., refletindo condições econômicas e financeiras consideradas nas análises corporativas do período.

RISCOS CLIMÁTICOS

A análise de riscos climáticos da C&A considera como eventos físicos e fatores de transição podem afetar a continuidade das operações, a eficiência dos processos e o desempenho financeiro da Companhia. Os riscos apresentados nesta seção estão diretamente conectados aos temas materiais priorizados e são descritos a partir dos fatores de risco que ampliam a exposição nos processos de design e desenvolvimento, abastecimento, manufatura, distribuição logística e atendimento.

Para cada risco identificado, são avaliados os efeitos no curto, médio e longo prazos, conforme aplicável, bem como os respectivos efeitos financeiros, incluindo potenciais impactos em receita, margens, custos operacionais, investimentos necessários e capital de giro. A análise também contempla o risco atrelado a investimentos e despesas operacionais, considerando possíveis necessidades de adaptação de infraestrutura, ajustes operacionais e despesas adicionais relacionadas a clima ou mudanças regulatórias.

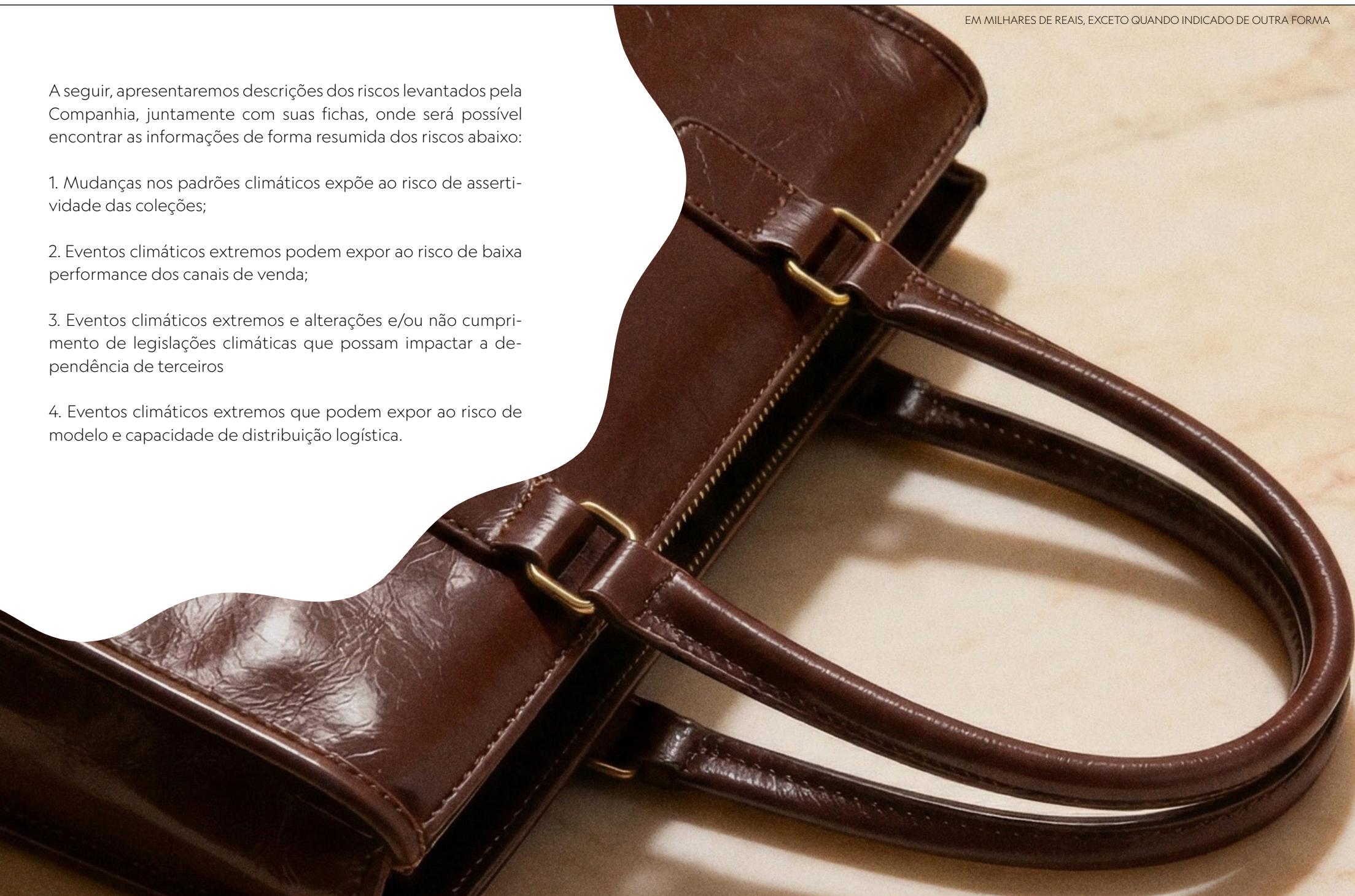
Os riscos são ainda conectados aos impactos potenciais nas demonstrações financeiras, com destaque para reflexos em resultado, fluxo de caixa e posição patrimonial, conforme a natureza do risco e sua materialidade para a Companhia.

Essa estrutura permite visualizar de forma objetiva como os riscos climáticos se relacionam aos principais temas materiais da C&A e como podem influenciar decisões operacionais, financeiras e estratégicas.

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

A seguir, apresentaremos descrições dos riscos levantados pela Companhia, juntamente com suas fichas, onde será possível encontrar as informações de forma resumida dos riscos abaixo:

1. Mudanças nos padrões climáticos expõe ao risco de assertividade das coleções;
2. Eventos climáticos extremos podem expor ao risco de baixa performance dos canais de venda;
3. Eventos climáticos extremos e alterações e/ou não cumprimento de legislações climáticas que possam impactar a dependência de terceiros
4. Eventos climáticos extremos que podem expor ao risco de modelo e capacidade de distribuição logística.



FICHA DE RISCO CLIMÁTICO

1. Risco Físico | Mudanças nos padrões climáticos expõe ao risco de assertividade das coleções



Tema material atrelado
Mudança climática



Fatores de risco
Ondas de calor e/ou frio



Dependência do Negócio
Alta



Cadeia Impactada
Operações próprias (core),
Downstream

IMPACTOS ESPERADOS



**CAIXA E EQUIVALENTES
DE CAIXA (BP)**



ESTOQUES (BP)



FORNECEDORES (BP)



**RECEITA LÍQUIDA DE
MERCADORIAS (DRE)**



**CUSTO DA MERCADORIA
VENDIDA (DRE)**



**DESPESAS COM VENDAS
(DRE)**

IMPACTOS ESPERADOS/PRAZOS



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

ALTO



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

ALTO



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

SIGNIFICATIVO

HORIZONTE DE IMPACTO QUALITATIVO



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

Ajustes pontuais no mix de produtos e aumento de remarcações por volatilidade climática sazonal.



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

Redução consciente da previsibilidade de demanda, exigindo ciclos mais curtos e maior flexibilidade de coleção.



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

Necessidade de reconfiguração estrutural do planejamento de coleções e calendarização comercial.

EXPOSIÇÃO DE ATIVOS – CENÁRIOS*



Otimista



Pessimista

2030

2,8%

2,7%

2050

6,3%

7,0%

*Baseado em informações do AdaptaBrasil, plataforma pública que consolida dados e projeções sobre riscos climáticos no Brasil.

EFEITOS FINANCEIROS (R\$ MIL)



**LUCRO LÍQUIDO 2025
(13.865)**

**FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL
(PREVISTO)
(63.763)**

**CURTO PRAZO
(6.176)**

**MÉDIO PRAZO
(25.837)**

**LONGO PRAZO
(31.750)**

Informações de Definição de Risco:

1. RISCO CLIMÁTICO FÍSICO – Mudanças nos padrões climáticos expõe ao risco de assertividade das coleções

Descrição do Risco: O risco de não aderência das coleções à demanda dos clientes refere-se à possibilidade de que os produtos desenvolvidos não atendam às expectativas de consumo, em função da crescente variabilidade climática e temperaturas atípicas.

Em especial, mudanças nos padrões de temperatura, incluindo a ocorrência mais frequente de ondas de calor ou frio, podem impactar a previsibilidade dos padrões de vestimenta das coleções e alterar o comportamento de consumo. Essas variações climáticas influenciam a adequação do sortimento às preferências dos consumidores, afetando o desempenho comercial das coleções e podendo comprometer as vendas. A menor previsibilidade climática reduz a assertividade no planejamento e no desenvolvimento das coleções, aumentando o risco de desalinhamento entre oferta e demanda.

Ativos Expostos: Considerando o contexto deste risco, a Companhia apresenta exposição associada às lojas localizadas nas regiões Sul e Sudeste, onde ondas de frio e de calor podem influenciar de forma mais relevante a assertividade das coleções e o comportamento de consumo. Nessa análise, observa-se exposi-

ção de 2,8% a 2,7% dos ativos em 2030 e de 6,3% a 7% até 2050. Para esta análise, foram considerados apenas os ativos expostos localizados nessas duas regiões, uma vez que, nas demais localidades, esse fator climático não apresenta impacto relevante sobre o desempenho de vendas.

Impactos Financeiros: Para 2025, foram observados impactos na venda, consequência das temperaturas abaixo do esperado nas regiões Sul e Sudeste no período dedicado para vendas de produtos da coleção de verão, especialmente nos meses de novembro e dezembro. Neste período foram observados dias seguidos de frio, com temperaturas abaixo de 20°C. Estima-se que os impactos tenham sido de aproximadamente R\$ 14 milhões no lucro líquido do ano, sendo que parte deste resultado foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2026. Esta estimativa foi baseada comparando o crescimento nas vendas das regiões Sul e Sudeste, dos meses de novembro e dezembro com as vendas das demais regiões do Brasil, nas quais a temperatura é mais estável, e historicamente não há grandes oscilações. A diferença entre o crescimento de venda das regiões Sul/Sudeste com as demais regiões, foi atribuída à variação de temperatura.

Os impactos financeiros futuros foram estimados com base na média histórica de ondas de calor registradas no inverno nos últimos dez anos, utilizando dados do INMET. Também foram consideradas projeções do cenário SSP 8.5, que prevê aumento da frequência de eventos extremos, adotando-se como critério a ocorrência de três dias consecutivos com temperaturas acima da normalidade. A análise contemplou a tendência de aumento dessas ocorrências ao longo do tempo, com avaliação específica para a estação de inverno e por estado das regiões Sul e Sudeste. Para mensurar os efeitos financeiros, utilizou-se como referência o ano de 2024, reconhecido como atípico devido às ondas de calor observadas. O impacto registrado na margem nesse período foi projetado para cenários futuros, resultando em uma estimativa de aproximadamente R\$ 64 milhões.

Medidas de Mitigação: Para mitigar esses impactos, a Companhia adota uma abordagem integrada de gestão de sortimento, estoques e exposição em loja, suportada pelo acompanhamento sistemático das condições climáticas, por meio de plataforma terceira, como insumo estratégico para ganhos de eficiência e otimização de oferta das coleções. Em loja, o Visual

Merchandising atua de forma contínua na priorização e readequação da exposição de produtos, considerando variações de temperatura e comportamento de venda. Complementarmente, a Companhia utiliza alavancas de gestão de estoques para mitigar perdas, incluindo a realocação de produtos entre regiões com diferentes padrões climáticos, como o direcionamento de peças de verão para praças com temperaturas mais elevadas ao longo do ano, e a reoferta de itens de coleções sazonais.

Julgamentos e incertezas: As estimativas associadas aos impactos financeiros deste risco estão sujeitas a incertezas inerentes, em especial aquelas relacionadas à variabilidade climática, à resposta do mercado e à disponibilidade de dados históricos granulares. Tais estimativas representam ordens de grandeza e podem ser revistas à medida que novas informações e evidências se tornem disponíveis.



FICHA DE RISCO CLIMÁTICO

2. Risco Físico | Eventos climáticos extremos podem expor ao risco de baixa performance dos canais de venda



Tema material atrelado
Mudanças climáticas



Fatores de risco
Tempestades, inundações, ciclones



Dependência do Negócio
Alta



Cadeia Impactada
Operações Próprias

IMPACTOS ESPERADOS



CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (BP)



ESTOQUES (BP)



IMOBILIZADO (BP)



RECEITA LÍQUIDA DE MERCADORIAS (DRE)



CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA (DRE)



DESPESAS COM VENDAS (DRE)

IMPACTOS ESPERADOS/PRAZOS



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

ALTO



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

ALTO



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

SIGNIFICATIVO

HORIZONTE DE IMPACTO QUALITATIVO



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

Redução pontual do fluxo de clientes e fechamentos temporários de lojas por eventos climáticos localizados.



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

Aumento recorrente de lojas com baixa performance, associado a impactos operacionais, econômicos e comportamentais.



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

Impactos estratégicos sobre o modelo de canais de venda, com efeitos sobre competitividade, desempenho financeiro e satisfação com o cliente.

EXPOSIÇÃO DE ATIVOS – CENÁRIOS*



Otimista



Pessimista

2030

10,8%

10,8%

2050

10,8%

10,8%

*Baseado em informações do AdaptaBrasil, plataforma pública que consolida dados e projeções sobre riscos climáticos no Brasil.

EFEITOS FINANCEIROS (R\$ MIL)



**LUCRO LÍQUIDO 2025
(1.230)**

**FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL
(PREVISTO)
(20.876)**

**CURTO PRAZO
(2.368)**

**MÉDIO PRAZO
(8.943)**

**LONGO PRAZO
(9.565)**

2. RISCO CLIMÁTICO FÍSICO – Eventos climáticos extremos que possam expor ao risco de baixa performance dos canais de vendas.

Descrição do Risco: A crescente instabilidade climática representa uma ameaça ao desempenho operacional e comercial da rede de lojas físicas da Companhia. O aumento da gravidade e da frequência de eventos extremos, como tempestades, inundações, estresse hídrico, ondas de calor e ciclones, pode reduzir o fluxo de clientes às lojas físicas e elevar a ocorrência de fechamentos temporários, decorrentes de danos estruturais ou interrupções no fornecimento de energia e internet. Adicionalmente, condições climáticas adversas tendem a alterar o comportamento do consumidor, afetando padrões de visitação e decisão de compra.

Como consequência, a intensificação desses eventos pode ampliar o número de lojas com baixa performance dentro do portfólio da Companhia, com impactos negativos sobre o desempenho comercial, a experiência da cliente e a competitividade do modelo de vendas.

Considerando o contexto deste risco, a Companhia apresenta exposição associada a ativos localizados em áreas sujeitas a inundações, tempestades e ciclo-

nes, eventos que podem afetar o fluxo de clientes e a operação regular dos canais físicos de vendas.

Ativos Expostos: Considerando o contexto deste risco, 10,8% dos ativos da Companhia apresentam exposição a inundações e precipitação, sem variação em todos os cenários analisados (otimista e pessimista) e nos horizontes de 2030 e 2050.

Impactos Financeiros: Como parte do aprimoramento de suas análises relacionadas a riscos climáticos físicos, a Companhia conduziu, ao longo do período, uma avaliação estruturada com base em projeções climáticas e dados operacionais.

A avaliação teve como foco a projeção do número de dias com precipitação elevada nas localidades próximas às operações da Companhia e sua relação com o desempenho comercial das lojas físicas, especialmente em termos de fluxo de clientes e volume de vendas.

Os dados climáticos projetados foram combinados com informações operacionais históricas, permitindo

avaliar a sensibilidade das vendas a eventos de chuva intensa sob diferentes cenários futuros.

As análises internas indicam que, em dias com ocorrência de chuva intensa, as lojas físicas apresentam, em 2025, uma redução no lucro de R\$ 1.230 e R\$ 20.876 nos próximos 10 anos, evidenciando a sensibilidade do desempenho comercial às condições climáticas adversas.

A partir dessas análises, estima-se que variações na frequência desses eventos, conforme os cenários climáticos considerados, podem gerar pressão adicional sobre o resultado operacional, em função da combinação entre menor geração de receita e alavancagem dos custos fixos das operações. Adicionalmente, podem ser observados efeitos indiretos sobre fluxo de caixa, em decorrência da dinâmica de vendas, e sobre a necessidade de investimentos voltados à adaptação operacional.

Em termos estratégicos, tais efeitos podem influenciar a performance dos canais físicos, a experiência da cliente e a competitividade do modelo de vendas, especialmente em contextos de maior variabilidade climática.

Medidas de Mitigação: A Companhia vem avançando no fortalecimento de seus mecanismos de gestão e resposta, incluindo o desenvolvimento de planos de contingência para a operação das lojas durante eventos climáticos, com protocolos pré-estabelecidos para fechamento temporário, realocação de equipes e ativação de canais digitais.

Em complemento às iniciativas operacionais, a Companhia vem fortalecendo sua gestão de riscos climáticos também sob a perspectiva financeira, por meio de um programa estruturado de seguros que contribui para mitigar impactos associados a eventos climáticos físicos relevantes.

Desse modo, mantemos coberturas para danos materiais relacionados a eventos climáticos extremos, incluindo vendavais, ciclones, granizo e alagamentos, bem como riscos de desmoronamento e danos elétricos, o que permite atuar de forma mais ágil na recomposição de ativos e na recuperação da infraestrutura operacional das lojas afetadas.

A Companhia também conta com coberturas para despesas extraordinárias e perda de lucros decor-

rentes da interrupção das operações causada por eventos climáticos extremos, reduzindo os efeitos financeiros associados a paralisações temporárias em cenários adversos e trazendo maior previsibilidade à performance.

No âmbito logístico, a Companhia mantém seguros de transporte nacional e internacional com coberturas amplas para perdas e danos materiais às mercadorias em trânsito decorrentes de causas externas, incluindo aquelas associadas a eventos climáticos, o que contribui para sustentar a disponibilidade de produtos e a continuidade do abastecimento das lojas.

Esse conjunto de instrumentos atua como mecanismo de transferência de risco e reforça a resiliência operacional da Companhia, ao reduzir a exposição financeira a danos físicos e interrupções decorrentes de eventos climáticos extremos.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que tais coberturas se concentram nos efeitos físicos e operacionais dos eventos climáticos. Impactos indiretos, como variações no fluxo de clientes e mudanças no comportamento do consumidor, seguem sendo tratados

por meio das iniciativas operacionais e estratégicas da Companhia.

Essas iniciativas contribuem para aumentar a resiliência operacional, ao reduzir impactos na operação das lojas e seus efeitos sobre a experiência da cliente e o desempenho comercial.

Julgamentos e Incertezas: A avaliação desse risco envolve julgamentos relevantes, especialmente na definição da relação entre eventos climáticos e desempenho comercial das lojas físicas, considerando a ocorrência de dias com precipitação elevada como principal variável de análise.

As estimativas são baseadas em dados históricos operacionais, incluindo a aplicação de redução média de vendas em períodos de chuva intensa, e em projeções climáticas sob diferentes cenários, que não representam necessariamente a trajetória mais provável.

As análises estão sujeitas a incertezas relacionadas à variabilidade climática, à frequência futura desses eventos e ao comportamento do consumidor.

FICHA DE RISCO CLIMÁTICO

3. Risco Físico e Transição | Eventos climáticos extremos e alterações e/ou não cumprimento de legislações climáticas que possam impactar a dependência de terceiros

**Tema material atrelado**

Mudanças climáticas, gestão de cadeia de fornecedores

**Fatores de risco**

Tempestades, inundações, ondas de calor, legislações e políticas climáticas

**Dependência do Negócio**

Alta

**Cadeia Impactada**

Operações próprias, Fornecedores (Upstream)

DESTAQUES



EXPOSIÇÃO GEOGRÁFICA CONCENTRADA DE FORNECEDORES



MENOR RESILIÊNCIA OPERACIONAL DA CADEIA



AUMENTO DO RISCO DE RUPTURA DE ABASTECIMENTO



PRESSÃO REGULATÓRIA CRESCENTE NO BRASIL E NO EXTERIOR



RISCO DE DESCONTINUIDADE DE FORNECEDORES CRÍTICOS



POTENCIAL REPASSE DE CUSTOS À MARGEM OPERACIONAL

IMPACTOS ESPERADOS/PRAZOS



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

ALTO



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

ALTO



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

SIGNIFICATIVO

HORIZONTE DE IMPACTO QUALITATIVO



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

- Falhas pontuais de fornecimento provocadas por eventos climáticos localizados.
- Aumento de exigências de compliance e risco pontual de não conformidade em fornecedores críticos.



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

- Fragilização recorrente da capacidade produtiva de terceiros em regiões mais expostas ao clima.
- Elevação de riscos contratuais, custos de adaptação e substituição de fornecedores não aderentes.



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

- Necessidade de diversificação geográfica e redesenho da estratégia de sourcing.
- Redefinição da base de fornecedores e maior integração de critérios regulatórios na cadeia de valor.

3. RISCO CLIMÁTICO FÍSICO E DE TRANSIÇÃO – Eventos Climáticos Extremos e Alterações e/ou não cumprimento de legislações climáticas que possam impactar a dependência de terceiros.

Descrição do Risco: A dependência de fornecedores e prestadores de serviços em processos-chave expõe a Companhia a riscos operacionais e reputacionais, especialmente quando esses terceiros estão sujeitos a pressões climáticas físicas ou de transição que possam comprometer sua capacidade produtiva e de entrega.

Fatores Climáticos Físicos: A concentração geográfica de fornecedores em regiões vulneráveis a eventos extremos, como tempestades, inundações, secas prolongadas, estresse hídrico e ondas de calor, aumenta a probabilidade de interrupções simultâneas na cadeia de suprimentos. Esses eventos podem reduzir abruptamente a capacidade produtiva, provocar danos à infraestrutura, gerar indisponibilidade de energia e impor restrições logísticas, exigindo contratação emergencial de alternativas mais caras e nem sempre imediatamente disponíveis.

Agravando esse cenário, a baixa rastreabilidade nos elos indiretos da cadeia dificulta a identificação rápida de impactos e o redirecionamento de compras. A vulnerabilidade é ainda maior quando falhas de con-

formidade socioambiental coexistem com essas pressões climáticas, limitando a substituição de terceiros críticos, sobretudo quando há concentração regional, contratual ou técnica, e elevando a exposição da Companhia a choques simultâneos.

Fatores Climáticos de Transição: O avanço do arcabouço regulatório climático representa um vetor crescente de risco para fornecedores e prestadores de serviços. A elevação de custos operacionais, a necessidade de investimentos para adequação e o risco de sanções ou interrupções associadas a novas legislações podem reduzir a capacidade desses agentes de entregar produtos e serviços essenciais, enfraquecendo a cadeia de suprimentos e ampliando o risco de dependência.

No contexto regulatório brasileiro, destaca-se a sanção da Lei nº 15.042/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), regulando, em sua fase inicial, empresas com emissões anuais superiores a 10 toneladas de CO₂ equivalente. Encontra-se também em tramitação o projeto de lei conhecido como “Mapa

do Caminho”, que estabelece limites de emissões para setores intensivos em carbono, reforçando obrigações de mitigação climática e monitoramento de emissões. No âmbito internacional, o cenário apresenta maior avanço, especialmente na União Europeia, com instrumentos como o Ecodesign for Sustainable Products Regulation (ESPR), o Passaporte Digital do Produto (Digital Product Passport – DPP), a Lei AGECL (França) e a Lei de Devida Diligência em Cadeias de Suprimentos (LkSG – Alemanha), além da SB 253, na Califórnia.

Adicionalmente, a dependência de matérias-primas de origem agrícola, como o algodão, e fibras celulósicas, como viscose, lyocell, modal e acetato, expõe a cadeia a crescentes exigências regulatórias relacionadas à rastreabilidade, ao uso de recursos hídricos, ao manejo florestal responsável e ao uso de químicos no processamento. O não cumprimento desses requisitos por fornecedores pode comprometer o abastecimento, elevar custos, impactar margens e expor a Companhia a riscos regulatórios, reputacionais e de não conformidade com seus compromissos climáticos e de sustentabilidade.

Impactos Financeiros: A avaliação desses fatores considera diferentes cenários climáticos e regulatórios. Em 2025, não foram identificados efeitos financeiros relevantes para fins de divulgação.

Quanto a estimativas futuras, a Companhia ainda não realiza a mensuração quantitativa dos potenciais impactos financeiros associados a este risco, em função da indisponibilidade, no estágio atual, de modelagens climáticas granulares e dados suficientemente robustos para suportar estimativas confiáveis ao longo da cadeia de valor.

Medidas de Mitigação: Para mitigar os riscos de transição, a C&A investe na ampliação do uso de matérias-primas mais sustentáveis, com incentivo ao algodão certificado via Better Cotton Initiative (BCI) e rastreabilidade por blockchain (Sou ABR/ABRAPA), além do aumento da participação de fibras celulósicas de origem mais sustentável, que alcançou 48,7% em 2025, e do avanço na qualificação da cadeia de fornecimento. A Companhia também prioriza fornecedores com melhor desempenho socioambiental, implementa mecanismos de rastreabilidade e desenvolve iniciativas de design circular e uso de fibras recicladas, reduzindo a dependência de matérias-primas virgens e reforçando a resiliência da cadeia frente às transições regulatórias e climáticas.

Para os riscos físicos, a Companhia busca fortalecer a gestão de terceiros por meio da diversificação de fornecedores, avaliação contínua de criticidade, integração de critérios climáticos na seleção e monitoramento, e desenvolvimento de planos de contingência para insumos e serviços essenciais.



Iniciativas de design circular

e o aumento do uso de fibras recicladas contribuem para reduzir a dependência de matérias-primas virgens e de fornecedores potencialmente não conformes.

FICHA DE RISCO CLIMÁTICO

4. Risco Físico | Eventos climáticos extremos que podem expor ao risco de modelo e capacidade de distribuição logística



Tema material atrelado

Mudanças climáticas



Fatores de risco

Tempestades, inundações, ciclones



Dependência do Negócio

Alta



Cadeia Impactada

Operações próprias,
Downstream

DESTAQUES



**VULNERABILIDADE
A INTERRUPÇÕES
REGIONAIS**



**RISCO DIRETO AO
MODELO OMNICAL**



**POTENCIAL PERDA DE
NÍVEL DE SERVIÇO AO
CLIENTE**

IMPACTOS ESPERADOS/PRAZOS



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

ALTO



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

ALTO



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

SIGNIFICATIVO

EXPOSIÇÃO DE ATIVOS – CENÁRIOS*



Otimista



Pessimista

2030

2,4%

2,4%

2050

2,4%

2,4%

*Baseado em informações do AdaptaBrasil, plataforma pública que consolida dados e projeções sobre riscos climáticos no Brasil.

HORIZONTE DE IMPACTO QUALITATIVO



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

Interrupções recorrentes em transporte, centros de distribuição e acesso às lojas.



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

Pressão permanente sobre custos logísticos e confiabilidade das rotas de distribuição.



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

Reconfiguração do desenho logístico para aumento de resiliência e redundância operacional.

4. RISCO CLIMÁTICO FÍSICO – Eventos climáticos extremos que possam expor ao risco de modelo e capacidade de distribuição logística

Descrição do Risco: O modelo e a capacidade de distribuição logística da Companhia estão expostos a fatores climáticos que podem afetar a entrega de produtos e seus prazos.

O agravamento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos, como tempestades, inundações, ondas de calor e ciclones, amplia a vulnerabilidade das operações logísticas, podendo gerar bloqueios de vias, perda de cargas, atrasos no fluxo de mercadorias e interrupções sistêmicas, como falhas no fornecimento de energia. Esses eventos dificultam o acesso a centros de distribuição e lojas físicas, comprometendo a eficiência do modelo logístico e a capacidade de distribuição da Companhia. Fatores relacionados a combustíveis fósseis e incêndios em rotas logísticas, embora menos relevantes, também são considerados.

Ativos Expostos: Considerando o contexto deste risco, a Companhia apresenta exposição associada a inundações, tempestades e ciclones, eventos que podem afetar a continuidade e a eficiência das operações logísticas. Nesse sentido, cerca de 2,4% dos ativos expostos apresentam exposição futura a

inundações nos horizontes de 2030 e 2050, considerando os cenários avaliados.

Impactos Financeiros: A Companhia monitora continuamente os fatores climáticos e operacionais associados a esse risco, avaliando sua potencial evolução em diferentes cenários, não tendo sido identificados, até o momento, efeitos financeiros relevantes para fins de divulgação.

A Companhia ainda não realiza a mensuração quantitativa dos potenciais impactos financeiros associados a este risco, tendo em vista incertezas relevantes, em especial quanto à frequência e severidade dos eventos climáticos extremos em rotas logísticas, à duração das interrupções logísticas e à efetividade das medidas de mitigação adotadas e por estes motivos não foram quantificadas.

Medidas de Mitigação: Para reduzir esses impactos, a Companhia adota medidas preventivas e operacionais como utilização de hubs urbanos de distribuição, diversificação de rotas logísticas, uso parcial de frota híbrida e contratação de seguros de transporte.



A Companhia adota medidas preventivas e operacionais como **utilização de hubs urbanos de distribuição.**

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

OPORTUNIDADES RELACIONADAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Além dos riscos associados às mudanças climáticas, a Companhia identifica oportunidades estratégicas relevantes decorrentes da transição para uma economia de menor impacto ambiental e do fortalecimento da resiliência operacional frente aos efeitos físicos do clima. Essas oportunidades são avaliadas de forma estruturada, considerando sua capacidade de gerar valor econômico, fortalecer o modelo de negócios e mitigar riscos financeiros ao longo do tempo.

As oportunidades mapeadas derivam, principalmente, das mudanças no comportamento dos consumidores, do avanço tecnológico, da necessidade de adaptação das operações às condições climáticas futuras e da evolução regulatória. Nesse contexto, a C&A reconhece o potencial de escalabilidade de produtos mais sustentáveis, bem como ganhos relevantes de eficiência operacional por meio da digitalização, do redesenho da malha logística e da otimização dos processos omnicanal, além de priorização da eficiência do uso de recursos e ampliação o uso de energia renovável. Essas iniciativas contribuem para a redução estrutural de custos e para o aumento da resiliência da Companhia, sendo elas:

1. Escalabilidade de produtos sustentáveis
2. Otimização Operacional
3. Projetos de reformas e expansão com menor impacto.



FICHA DE OPORTUNIDADE CLIMÁTICA

1. Escalabilidade de produtos sustentáveis



Tema material atrelado

Transparência e Relacionamento com Clientes
Circularidade do Produto



Dependência do Negócio

Média-Alta



Cadeia Impactada

Operações próprias, Downstream,
Upstream

IMPACTOS ESPERADOS/PRAZOS



CURTO PRAZO:
ATÉ 1 ANO

MODERADO



MÉDIO PRAZO:
2 A 5 ANOS

ALTO



LONGO PRAZO:
ACIMA DE 5 ANOS

SIGNIFICATIVO

HORIZONTE DE IMPACTO QUALITATIVO



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

Ganhos incrementais de receita e reputação a partir da ampliação gradual de produtos sustentáveis.



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

Escala comercial consistente de modelos sustentáveis, com diferenciação competitiva e captura de valor.



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

Consolidação de novos modelos de negócios sustentáveis como vetores estruturais de crescimento.

Oportunidades Climáticas (CBPS 02/IFRS 02 – detalhamento)

1. ESCALABILIDADE DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS

Descrição da Oportunidade: A oportunidade de Escalabilidade de Produtos Sustentáveis consiste na ampliação da participação de matérias-primas mais sustentáveis no portfólio da companhia e, consequentemente da oferta de produtos alinhados a atributos mais sustentáveis.

Essa oportunidade está associada a evolução da cadeia de fornecimento, disponibilidade de insumos com menor intensidade de carbono e às tendências globais de consumo responsável, que vêm elevando a relevância de atributos de sustentabilidade nos produtos têxteis.

A Companhia responde a isso diversificando o portfólio e incorporando progressivamente critérios de sustentabilidade aos processos de desenvolvimento de produtos. Essa abordagem visa ampliar a integração a sustentabilidade ao core business, com implicações para o posicionamento competitivo, a gestão de riscos e oportunidades climáticas e a criação de valor ao longo do tempo.

A escalabilidade do uso de matérias-primas mais sustentáveis tem efeitos nos médios e longos prazos para

a Companhia, associado aos compromissos firmados e responsabilidade corporativa, e não predominantemente à captura de uma demanda incremental ou pontual por parte das clientes.

A ampliação do uso de matérias-primas mais sustentáveis, principalmente as recicladas, contribuem diretamente para a redução da intensidade de emissões de gases de efeito estufa, especialmente no Escopo 3, que concentra a maior parte das emissões da Companhia. À medida que esses insumos ganham escala produtiva e passam a compor uma parcela crescente do portfólio, observa-se potencial de redução das emissões por peça produzida.

Essa oportunidade está diretamente conectada às metas públicas da Companhia, em especial o compromisso de atingir 80% de matérias-primas mais sustentáveis até 2030, bem como às metas de circularidade e redução de emissões alinhadas ao SBTi. Em 2025, aproximadamente 72% das matérias-primas core (algodão, poliéster e fibras celulósicas) utilizadas no portfólio de vestuário foram classificadas como mais sustentáveis, indicando um elevado nível de integração desses insumos ao modelo de desenvolvimento de produtos.

Impactos financeiros: Apesar do estágio avançado de implementação, no momento atual de maturidade ainda não foi possível mensurar de forma quantitativa e robusta o potencial financeiro associado a essa oportunidade. Essa limitação decorre da complexidade na apuração de volumes e custos, bem como da composição do custo dos produtos. No horizonte de longo prazo, não é possível estimar de forma confiável os preços das matérias-primas, dado que estes são influenciados por múltiplas variáveis tecnológicas, macroeconômicas e pela evolução da cadeia de fornecimento.

Adicionalmente, no curto prazo, a adoção de matérias-primas mais sustentáveis podem envolver diferentes combinações de insumos, o que limita a capacidade de atribuição direta e consistente de impactos financeiros específicos. Nesse contexto, a Companhia segue evoluindo seus mecanismos de monitoramento e avaliação, com o objetivo de, futuramente, aprimorar a mensuração dos efeitos dessa oportunidade sobre a geração de valor, receita e o desempenho financeiro.

FICHA DE OPORTUNIDADE CLIMÁTICA

2. Otimização Operacional



Tema material atrelado

Transparência e Relacionamento com Clientes



Dependência do Negócio

Alta



Cadeia Impactada

Operações próprias, Downstream

EFEITOS FINANCEIROS (R\$ MIL)



LUCRO LÍQUIDO 2025

3.979



FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (PREVISTO)

127.914

CURTO PRAZO

4.863

MÉDIO PRAZO

39.854

LONGO PRAZO

83.197

IMPACTOS ESPERADOS/PRAZOS



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

ALTO



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

ALTO



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

SIGNIFICATIVO

HORIZONTE DE IMPACTO QUALITATIVO



CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO

Ganhos rápidos de eficiência operacional, redução de custos e melhoria no nível de serviço.



MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS

Aumento relevante de resiliência logística e redução da exposição a disrupções climáticas.



LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS

Evolução do modelo operacional para maior flexibilidade, capilaridade e adaptação climática.

IMPACTOS ESPERADOS



CAIXA E EQUIVALENTES
DE CAIXA (BP)



ESTOQUES (BP)



FORNECEDORES (BP)



RECEITA LÍQUIDA DE
MERCADORIAS (DRE)



CUSTO DA MERCADORIA
VENDIDA (DRE)



DESPESAS COM VENDAS
(DRE)



A C&A identificou a Otimização Operacional como uma oportunidade estratégica para aumentar a eficiência do seu modelo de negócios

2. OTIMIZAÇÃO OPERACIONAL

Descrição da Oportunidade: A C&A identificou a Otimização Operacional como uma oportunidade estratégica para aumentar a eficiência do seu modelo de negócios, integrando decisões de produção, abastecimento, distribuição e atendimento à cliente de forma mais ágil e orientada por dados. Essa abordagem combina iniciativas como Test & Learn, modelos de Push & Pull, Ship from Store e a otimização da malha logística, permitindo maior alinhamento entre oferta e demanda ao longo de toda a cadeia de valor.

Por meio do Test & Learn, a Companhia encurta os ciclos de decisão, testando produtos em escala reduzida antes de expandir a produção, o que contribui para maior assertividade comercial. O modelo de Push & Pull aprimora o direcionamento dos estoques, tornando o abastecimento mais granular e alinhado ao desempenho real dos produtos nas lojas. Já o Ship from Store e as soluções de Retirada em Loja ampliam a integração entre canais físicos e digitais, utilizando as lojas como pontos estratégicos de expedição à cliente final. Complementarmente, a evolução da malha logística, com hubs regionais e centros de distribuição estrategicamente posi-

cionados, fortalece a eficiência operacional e a fluidez da rede.

Do ponto de vista climático, essa oportunidade apresenta potencial de contribuição para a redução das emissões associadas às operações da C&A, especialmente ao longo da cadeia de valor. A maior assertividade na produção e no abastecimento, viabilizada por modelos como Test & Learn e Push & Pull orientados a dados, tende a reduzir volumes produzidos acima da demanda, diminuindo a necessidade de remarcações, descarte e movimentações adicionais de produtos. Esse ganho de eficiência operacional pode resultar em menor consumo de recursos e menor intensidade de emissões relacionadas à produção, transporte e armazenagem.

Adicionalmente, iniciativas como Ship from Store e a Retirada em Loja possibilitam a redução das distâncias médias percorridas até à cliente final, ao utilizar as lojas como pontos de expedição mais próximos do consumidor. Esse redesenho dos fluxos de entrega contribui para maior eficiência no uso do transporte e redução significativa de emissões por pedido entregue.

De forma complementar, a otimização da malha logística, com hubs regionais e centros de distribuição estrategicamente localizados, favorece a consolidação de cargas, a redução de trajetos longos e o aumento da eficiência do frete, impactando positivamente as emissões de Escopo 3. Em conjunto, essas iniciativas reforçam o potencial da estratégia omnicanal de apoiar uma operação mais eficiente e com menor intensidade de emissões ao longo do tempo.

Impactos financeiros e limites de mensuração: Os efeitos financeiros associados à Retirada em Loja se manifestam principalmente por meio da eliminação dos custos de frete domiciliar, da redução das devoluções e da melhor utilização da infraestrutura física das lojas. Esses efeitos já se refletem nas análises internas

de desempenho do canal digital, reforçando o racional econômico da modalidade.

As estimativas quantitativas apresentadas neste exercício referem-se exclusivamente à Retirada em Loja. As demais frentes de otimização operacional e logística contam com bases de dados internas robustas, incluindo informações detalhadas sobre distâncias percorridas, volumes movimentados, acurácia de estoques viabilizada pelo RFID, eficiência dos fluxos logísticos e configuração da malha — que subsidiam decisões estratégicas e o acompanhamento de metas no horizonte de 2030. Contudo, essas informações ainda se encontram em diferentes estágios de consolidação metodológica no que se refere à sua tradução em métricas climáticas passíveis de divulgação externa.

As estimativas permanecem sujeitas a incertezas inerentes à evolução do mix de modalidades de entrega, à adesão das clientes à Retirada em Loja, à maturidade da abordagem de Test & Learn em escala e ao crescimento do canal digital. Parte dessas incertezas decorre da complexidade em isolar, de forma individualizada, os impactos climáticos de cada frente dentro de um modelo operacional integrado.

A Companhia segue aprimorando suas bases de dados, premissas e metodologias analíticas, com o objetivo de fortalecer progressivamente a conexão entre indicadores operacionais, métricas de emissões de GEE e efeitos financeiros projetados, em linha com os requerimentos do CBPS 01/IFRS S1 e do CBPS 02/IFRS S2 e com as melhores práticas de reporte climático.



FICHA DE OPORTUNIDADE CLIMÁTICA

3. Projetos de reformas e expansão com menor impacto

**Tema material atrelado**
Mudanças Climáticas

**Dependência do Negócio**
Média

**Cadeia Impactada**
Operações próprias, Upstream

EFEITOS FINANCEIROS (R\$ MIL)



LUCRO LÍQUIDO 2025
41.725



FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL
(PREVISTO)
327.684

CURTO PRAZO
34.477

MÉDIO PRAZO
141.853

LONGO PRAZO
151.354

IMPACTOS ESPERADOS/PRAZOS

	CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO	ALTO
	MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS	ALTO
	LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS	SIGNIFICATIVO

HORIZONTE DE IMPACTO QUALITATIVO

- **CURTO PRAZO: ATÉ 1 ANO**
Redução incremental de consumo de energia e recursos em projetos pontuais de reforma.
- **MÉDIO PRAZO: 2 A 5 ANOS**
Ganhos operacionais e financeiros recorrentes com padronização de projetos de menor impacto.
- **LONGO PRAZO: ACIMA DE 5 ANOS**
Integração definitiva de critérios climáticos na expansão física e infraestrutura da companhia.

IMPACTOS ESPERADOS



CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA (BP)



IMOBILIZADO (BP)



FORNECEDORES (BP)



DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DRE)

3. PROJETOS DE REFORMA E EXPANSÃO COM MENOR IMPACTO

Descrição da Oportunidade: A C&A identifica como oportunidade a incorporação de critérios de eficiência e melhor uso de recursos em projetos de reformas e expansão de suas operações. Essa abordagem considera a adoção de soluções infraestrutura que promovam maior eficiência energética, melhoria no desempenho dos ativos e redução de impactos.

Entre as principais iniciativas, destacam-se a contratação de energia elétrica proveniente de fontes renováveis no Mercado Livre de Energia, incluindo certificados de energia, a modernização de sistemas de climatização com tecnologias mais eficientes e menor impacto ambiental, e o reaproveitamento de mobiliários e equipamentos em lojas. De forma integrada, essas ações contribuem para otimizar o uso de recursos, aumentar a eficiência operacional e reforçar práticas mais sustentáveis na expansão e manutenção da operação da Companhia.

Essa oportunidade é estrategicamente relevante para a Companhia nos médio e longo prazos, por estar associada à transformação estrutural do modelo operacional, energético e de gestão de ativos físicos. A adoção integrada de iniciativas voltadas à

eficiência energética, à transição da matriz elétrica e ao melhor aproveitamento de ativos permite reduzir a intensidade de emissões associadas às operações físicas, ao mesmo tempo em que fortalece eficiência operacional.

A combinação entre o reaproveitamento de mobiliários, o retrofit dos sistemas de climatização com tecnologia VRF (Variable Refrigerant Flow), a migração de lojas, centros de distribuição e escritório central para o Mercado Livre de Energia, bem como o uso de certificados I REC, contribui para a redução da intensidade de emissões de gases de efeito estufa associadas tanto à infraestrutura física quanto ao consumo energético das lojas. O reaproveitamento de ativos reduz de forma significativa as emissões incorporadas relacionadas à fabricação, transporte e descarte de novos mobiliários (Escopo 3), enquanto a modernização dos sistemas de climatização e a transição da matriz energética promovem a redução estrutural das emissões de Escopo 2.

No que se refere especificamente ao reaproveitamento de mobiliários, as projeções indicam uma redução de aproximadamente 82,73% das emissões de GEE em 2026, quando comparadas ao cenário de aquisição de

novos ativos, com base em metodologia spend based alinhada ao GHG Protocol. Essa redução reflete a eliminação das emissões associadas à produção industrial, ao transporte e ao descarte de mobiliários.

À medida que essas alavancas ganham escala no portfólio, especialmente no contexto de reformas, expansões e retrofit, observa-se potencial de redução estrutural da intensidade de emissões por loja operada. Esse movimento reforça o alinhamento entre desempenho ambiental e eficiência operacional, estando diretamente conectado às metas públicas da Companhia relacionadas à redução de emissões e à transição para uma economia de baixo carbono, bem como aos compromissos climáticos alinhados ao SBTi.

A oportunidade associada aos projetos de reformas e expansão com menor impacto é impulsionada por fatores estruturais, entre os quais se destacam:

- Ciclo de reformas e expansões, que cria janelas operacionais para decisões integradas sobre layout, sistemas prediais, ativos físicos e matriz energética, permitindo a incorporação sistemática e escalável de soluções de menor intensidade de carbono;

- Reaproveitamento estruturado de mobiliários, especialmente no ciclo atual de reformas concentrado a partir de 2026, com conclusão prevista ao longo de aproximadamente dois anos. Nesse modelo, lojas de maior porte, ao serem reformadas, passam a abastecer uma ou mais lojas menores, ampliando o número de unidades beneficiadas a partir de um mesmo investimento, reduzindo a necessidade de novos ativos e contribuindo para reduções de aproximadamente 80% das emissões de Escopo 3 associadas à fabricação de novos móveis;
- Retrofit dos aparelhos de climatização com tecnologia VRF, aliado à implementação de sistemas automatizados de gestão de ar-condicionado, que permitem maior eficiência energética, melhor controle térmico e redução do consumo de eletricidade. Em 2025, a Companhia concluiu a implementação de um sistema centralizado de monitoramento e ajuste de temperatura em 100% das lojas, viabilizando o acompanhamento em tempo real do desempenho dos equipamentos e a otimização contínua do consumo energético, com impacto direto na redução estrutural das emissões associadas ao consumo de energia elétrica. Além disso, esse novo equipamento utiliza um gás refrigerante com menor potencial de aquecimento global (GWP - Global Warming Potential);

- Migração gradual para o Mercado Livre de Energia, condicionada a critérios técnicos e econômicos, como nível de tensão de fornecimento, estrutura contratual com shoppings e viabilidade financeira. Atualmente, 66% das lojas da Companhia já operam no Mercado Livre, 3% são abastecidas por usinas solares dedicadas, 26% estão localizadas em shoppings com fornecimento centralizado de energia e 5% permanecem no mercado cativo. A ampliação do acesso a contratos com menor fator de emissão e maior previsibilidade de custos contribui para a redução estrutural das emissões associadas ao consumo de energia elétrica;
- Uso de certificados I REC, assegurando a rastreabilidade e o lastro renovável da energia consumida na operação da Companhia e fortalecendo a integridade ambiental da transição energética e da mensuração das reduções de emissões reportadas.

Embora uma parcela relevante das lojas esteja localizada em shopping centers, a Companhia mantém, em grande parte do portfólio, a gestão direta dos sistemas de climatização e do consumo energético das unidades. Nos casos em que há dependência de infraestrutura compartilhada, como sistemas de água gelada fornecidos pelo shopping, pode haver limitação parcial da autonomia operacional, ainda que essa so-

lução contribua para a redução de emissões fugitivas. De forma geral, o modelo operacional adotado permite a implementação direta de medidas de eficiência energética e redução de emissões na maior parte das operações, considerando que os sistemas de climatização representam a principal fonte de consumo energético das lojas.

Diferentemente de iniciativas pontuais, essa oportunidade está estruturada a partir de premissas econômicas, operacionais e estratégicas integradas, com projeções desenvolvidas para os horizontes de curto, médio e longo prazos (2025-2035), em alinhamento com o planejamento estratégico da Companhia.

Impactos financeiros e limites de mensuração: Os efeitos financeiros associados aos projetos de reformas e expansão com menor impacto se manifestam principalmente por meio da redução de investimentos decorrentes do reaproveitamento de mobiliários, da mitigação de perdas por *write off* de ativos, da maior eficiência energética proporcionada pelos sistemas de climatização VRF (investimento de R\$ 1.015 em 2025) e da maior previsibilidade e potencial redução dos custos de energia ao longo do tempo. Esses efeitos já se refletem parcialmente nas análises econômicas internas vinculadas às reformas, expansões e retrofits.

A atualização de mobiliários nas lojas que recebem equipamentos provenientes de outras unidades reformadas contribui para o aumento da capacidade de exposição de produtos e para a melhoria da experiência da cliente, o que favorece a conversão e a produtividade dessas unidades. Experiências anteriores demonstram potencial relevante de incremento de receita nessas lojas, refletindo a maior eficiência comercial do espaço físico após as intervenções. As estimativas associadas aos impactos financeiros potenciais desta oportunidade estão sujeitas a incertezas inerentes de mensuração, decorrentes principalmente de decisões operacionais e de planejamento ainda em desenvolvimento, incluindo a implementação e o cronograma de iniciativas relacionadas à eficiência energética e ao uso de recursos nas operações, bem como a priorização de reformas.

Estimativas quantitativas mais detalhadas sobre impactos em EBITDA, fluxo de caixa e valor presente líquido encontram-se em diferentes estágios de detalhamento e validação pelas áreas responsáveis, especialmente no que se refere à segregação dos efeitos diretamente atribuíveis às alavancas de descarbonização. Parte dessas incertezas decorre da complexidade em isolar, de forma individualizada, os impactos climáticos e financeiros de cada componente, ativos físicos, sistemas de climatização, fonte de energia e atributos ambientais, dentro de um pacote integrado de projetos.

A Companhia segue aprimorando suas bases de dados, premissas e metodologias analíticas, com o objetivo de fortalecer progressivamente a conexão entre indicadores operacionais, métricas de emissões e efeitos financeiros projetados, em linha com os requerimentos do CBPS 01/IFRS S1 e do CBPS 02/IFRS S2 e com as melhores práticas de reporte climático.



Os impactos financeiros associados aos projetos de reformas e expansão com menor impacto já se refletem parcialmente nas análises econômicas internas.

CONCLUSÃO

Diante do conjunto de oportunidades analisadas, observa-se que a transição climática representa, para a Companhia, não apenas um vetor de mitigação de riscos, mas também uma alavanca de eficiência, competitividade e criação de valor ao longo do tempo.

A captura dessas oportunidades depende da capacidade da Companhia de integrar o clima como variável estratégica do seu modelo de negócios, promovendo ganhos de eficiência operacional, redução da intensidade de emissões e maior previsibilidade financeira. Iniciativas relacionadas à escalabilidade de produtos mais sustentáveis, à otimização do modelo omnicanal e à incorporação de critérios de eficiência energética e melhor uso de recursos nas operações reforçam esse movimento e contribuem para o fortalecimento da resiliência do negócio.

Nesse contexto, apesar da evolução na incorporação dos riscos e oportunidades climáticas na gestão estratégica e operacional, não foram identificados eventos ou condições climáticas que configurassem a necessidade de reconhecimento de perdas por impairment ou de constituição de provisões associadas a eventos climáticos nas Demonstrações Financeiras de 2025. As avaliações realizadas consideraram as informações disponíveis até a data-base e indicaram a ausência de impactos diretos e mensuráveis no valor recuperável dos ativos no curto prazo.

A Companhia segue aprimorando suas bases de dados, premissas e metodologias analíticas, com o objetivo de aprofundar a conexão entre indicadores operacionais, métricas climáticas e efeitos financeiros projetados, consolidando uma abordagem disciplinada e progressiva de captura de valor associada às oportunidades climáticas.

4.2. IMPACTOS NA ESTRATÉGIA E NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Os riscos e oportunidades climáticos identificados pela C&A influenciam de maneira direta e indireta a estratégia corporativa, o planejamento financeiro e a capacidade de geração de valor da Companhia. A integração dos fatores climáticos às decisões estratégicas permite alinhar os investimentos, a gestão de riscos e os planos de expansão à transição para uma economia de baixo carbono, reduzindo vulnerabilidades e ampliando oportunidades de inovação.

Impactos na Estratégia Corporativa

Esses riscos e oportunidades estão diretamente integrados à estratégia corporativa da Companhia, orientando a definição de metas e a priorização de ações e investimentos no longo prazo. A partir dessa integração, a Companhia direciona seus esforços para frentes estratégicas como circularidade, ampliação do uso de matérias-primas mais sustentáveis, energia elétrica renovável e redução das emissões de GEE.

Nesse contexto, as mudanças nos padrões climáticos, ao reduzirem a previsibilidade das condições sazonais e impactarem a assertividade das coleções, demandam maior capacidade de adaptação do portfólio. Nesse contexto, Companhia vem ampliando iniciativas de circularidade e o uso de matérias-primas mais sustentáveis, buscando aumentar a flexibilidade de suas estratégias de produto e reforçar sua resiliência frente às novas dinâmicas de mercado. Da mesma forma, a intensificação de eventos climáticos extremos, especialmente aqueles com potencial de afetar operações e logística, reforça a importância de medidas voltadas à resiliência operacional e à gestão de riscos na cadeia de suprimentos. Por fim, as mudanças regulatórias e as crescentes exigências de rastreabilidade na cadeia produtiva fortalecem a agenda de descarbonização da Companhia, impulsionando a manutenção do uso de energia elétrica renovável, a redução das emissões de GEE, incluindo iniciativas ao longo da cadeia de valor (Escopo 3), e a ampliação do uso de matérias-primas mais sustentáveis.

Impactos no Planejamento Financeiro

A conexão formal de projetos climáticos ao orçamento e aos ciclos de investimentos e despesas operacionais terá início em 2026. Até o exercício de 2025, a Companhia atuou com metas, roadmap e direcionamento estratégico, sem integração financeira completa. Nesse contexto, a consideração dos riscos e oportunidades climáticas já influenciava os fluxos de caixa projetados,

as decisões de investimento e a estrutura de capital, porém de forma ainda não plenamente integrada aos processos orçamentários e de alocação de capital, ocorrendo principalmente por meio de diretrizes estratégicas, definição de metas e avaliações qualitativas e quantitativas. Os principais impactos financeiros observados ou potenciais incluem:

- Custos de mitigação e adaptação, relacionados à substituição de insumos, modernização logística, e implementação de práticas de eficiência tratadas como investimentos de capital e/ou despesas operacionais vinculados às metas ASG;
- Eficiência operacional e redução de despesas recorrentes, decorrentes da otimização do consumo de energia e materiais, com efeitos positivos sobre margens e rentabilidade;
- Gestão de riscos regulatórios e de transição, que podem influenciar custos operacionais, taxas de financiamento e seguros. Embora atualmente não haja precificação de carbono aplicada às operações da C&A, o acompanhamento contínuo das tendências regulatórias e de mercado é essencial para antecipar impactos potenciais e orientar decisões estratégicas.
- Valorização de ativos intangíveis e reputacionais, associados à marca e ao engajamento de stakeholders, considerados no processo de criação de valor e nos indicadores de desempenho não financeiros.

A Companhia apresenta, até 2025, uma estrutura financeira sólida, com boa liquidez, geração consistente de caixa e acesso diversificado a financiamento, o que sustenta sua capacidade de enfrentar impactos financeiros ligados a riscos e oportunidades climáticos. A gestão de liquidez é baseada no monitoramento contínuo do caixa, manutenção de reservas mínimas e disciplina na alocação de capital, garantindo flexibilidade para investimentos, adaptações operacionais e possíveis pressões financeiras em cenários climáticos.

A partir de 2026, a Companhia passa a estruturar a integração dos temas climáticos de forma mais direta aos processos formais de orçamento e alocação de capital, incluindo a vinculação de projetos climáticos específicos aos ciclos de investimentos e despesas.

Alocação de recursos para ações climáticas

A C&A integra os temas climáticos aos processos regulares de planejamento estratégico, orçamento e investimentos, sem a criação de um orçamento climático segregado. Os recursos para iniciativas climáticas são alocados nos orçamentos das áreas responsáveis por sua execução, enquanto a área de Sustentabilidade possui orçamento próprio para coordenação, análises técnicas e suporte à agenda climática.

As iniciativas de mitigação e adaptação são incorporadas aos planos operacionais e de investimento, sendo priorizadas com base nas diretrizes estratégicas,

metas climáticas, cenários e no Plano de Redução de Emissões 2030. As decisões consideram o equilíbrio entre custos, eficiência operacional, mitigação de riscos climáticos e geração de valor no longo prazo.

Até 2025, essa priorização não estava totalmente conectada de forma estruturada ao processo orçamentário corporativo. A partir de 2026, os projetos climáticos passam a ser formalmente integrados ao orçamento, garantindo maior rastreabilidade entre metas climáticas, iniciativas e alocação de recursos.

A governança da alocação de recursos envolve o Comitê de Gente & ASG, o Comitê de Investimentos e a alta liderança, que monitoram a execução das iniciativas, o progresso das metas climáticas e a adequação dos recursos, assegurando alinhamento com a estratégia e os compromissos climáticos da Companhia.

Plano de Transição e Plano de Adaptação Climática

A C&A vem avançando na integração das mudanças climáticas à sua estratégia por meio da definição de uma nova meta climática, da elaboração do Plano de Redução de Emissões 2030 e da realização de análises de cenários climáticos para avaliação da resiliência do modelo de negócios.

No exercício de 2025, a Companhia iniciou o desenvolvimento do Plano de Adaptação Climática, com o objetivo de estruturar de forma integrada as ações de mitigação e adaptação, bem como definir pressupos-

tos-chave, dependências relevantes e marcos de implementação ao longo do tempo.

Até a conclusão desses trabalhos, as ações relacionadas à transição para uma economia de baixo carbono e à adaptação aos riscos climáticos são conduzidas com base nos compromissos públicos assumidos, na meta aprovada pelo SBTi, no Plano de Redução de Emissões 2030 e nos resultados da análise de cenários climáticos apresentada neste Relatório.

A Companhia prevê concluir e divulgar formalmente o Plano de Transição Climática e o Plano de Adaptação Climática ao longo de 2026, em ciclo de reporte subsequente.

A integração entre as ações de mitigação e adaptação reforçam a capacidade da C&A de antecipar tendências, capturar oportunidades e proteger seus resultados frente a cenários climáticos adversos. A Companhia adota uma abordagem financeiramente material: os impactos climáticos são avaliados quanto à sua capacidade de alterar receitas, custos, ativos, passivos ou fluxos de caixa.

Adicionalmente, a Companhia vem evoluindo na estruturação de indicadores, análises de cenário, planos de resposta e na incorporação de controles associados aos riscos climáticos, com o objetivo de fortalecer a capacidade de antecipação e adaptação ao longo do tempo. Esse movimento contribui para conectar os riscos climáticos às decisões operacionais, logísticas

e estratégicas, promovendo maior integração com o planejamento financeiro e a alocação de capital.

4.3. RESILIÊNCIA DA ESTRATÉGIA - ANÁLISE DE CENÁRIOS CLIMÁTICOS

A análise de resiliência climática da C&A tem como objetivo avaliar a robustez do modelo de negócios e do planejamento estratégico diante de diferentes trajetórias de aquecimento global e de transição para uma economia de baixo carbono. O exercício considera os riscos físicos e de transição identificados pela Companhia, bem como as oportunidades associadas ao clima, avaliando como mudanças regulatórias, tecnológicas, operacionais e de mercado podem gerar eficiência, inovação e criação de valor. A análise busca compreender os efeitos desses fatores sobre a geração de valor, os fluxos de caixa e a capacidade operacional da Companhia nos horizontes de curto, médio e longo prazos, considerando suas operações e, quando relevante, exposições associadas à cadeia de valor.

Abordagem e metodologia

A análise de resiliência da estratégia frente às mudanças climáticas foi conduzida em 2025 em alinhamento com o ciclo de planejamento estratégico e financeiro da Companhia. O exercício teve como ano de referência 2025, considerando informações e premissas disponíveis até a data de corte do período de reporte, e foi estruturado para avaliar impactos potenciais nos horizontes de curto, médio e longo prazos.

A análise é realizada de forma estruturada e integrada aos processos corporativos, envolvendo etapas de definição de cenários climáticos de referência, avaliação qualitativa e quantitativa dos impactos sobre o modelo de negócios e discussão dos resultados nos fóruns internos de governança. O escopo operacional considerado abrange as operações consolidadas da C&A, incluindo escritório central, lojas, centros de distribuição e hubs logísticos. Em situações em que os riscos e oportunidades climáticos estejam associados à cadeia de valor, como matérias primas, processos produtivos e logística operada por terceiros, a Companhia considera essas exposições na análise de resiliência. No entanto, a mensuração e a modelagem climática deste exercício se concentram nas operações consolidadas no Brasil, não abrangendo localidades específicas de terceiros relevantes da cadeia.

Os resultados da análise subsidiam o planejamento estratégico, orçamentário e de investimentos da Companhia e são revisados periodicamente, de modo a refletir a evolução do contexto regulatório, de mercado e das premissas climáticas adotadas.

Na preparação das divulgações de estratégia e resiliência climática, a Companhia consultou as categorias de métricas intersetoriais previstas no CBPS 02/IFRS S2, bem como a orientação setorial aplicável, incluindo as métricas do SASB para o setor de vestuário, acessórios e calçados. Esse processo envolveu a avaliação da relevância e aplicabilidade dessas métricas para refletir como os riscos e oportunidades climáticos influenciam

o modelo de negócios, a estratégia e a resiliência da Companhia nos horizontes de curto, médio e longo prazos. As métricas consideradas aplicáveis foram utilizadas como referência para a definição de premissas, análise de impactos e conexão entre estratégia, gestão de riscos e planejamento financeiro, enquanto aquelas não diretamente aplicáveis foram avaliadas quanto à sua pertinência ao contexto operacional da Companhia.

Intercomparison Project phase 6 (CMIP 6, IPCC AR6), especificamente para o Brasil, e com viés corrigido pelo método Quantile Delta Mapping. Os dados possuem uma resolução de 0,25° x 0,25° (cerca de 25 km) e estão disponíveis em dois cenários baseados na trajetória socioeconômica (Shared Socioeconomic Pathways - SSP) do país. No CMIP 6, os dados históricos se limitam até 2013, portanto, considerando uma normal climatológica de 30 anos, foi selecionado o período mais recente como histórico, ou seja, de 1984 a 2013. Para a projeção, foi considerado o recorte até 2050 em alinhamento com metas globais de neutralidade de carbono e adotados pelo IPCC e AdaptaBrasil. Novamente, considerando um período de 30 anos, foram compiladas as projeções de 2026, 2030 e 2050.

O primeiro cenário, o SSP2 4.5 é um cenário de caminho intermediário com emissões moderadas (aquecimento de aproximadamente 2,7°C), enquanto o segundo cenário SSP5 8.5 é baseado em um futuro de alto crescimento com uso intensivo de fósseis, resultando em um caminho de aquecimento mais severo (igual ou superior a 4°C) até o final do século.

A análise de cenários climáticos incorpora premissas perspectivas sobre consumo de energia e evolução da matriz energética, incluindo ganhos de eficiência e aumento da participação de fontes renováveis ao longo do tempo. Tais premissas variam conforme os cenários de transição considerados e influenciam custos operacionais, investimentos e a resiliência da Companhia.

As premissas macroeconômicas consideradas na análise de cenários climáticos estão alinhadas às trajetórias socioeconômicas (SSP) dos cenários utilizados, incluindo projeções de crescimento econômico, demanda, padrões de consumo, custo de capital e evolução tecnológica, sendo incorporadas na avaliação dos impactos financeiros potenciais da Companhia.

Principais resultados e implicações

A C&A já se beneficia de sua estrutura de energia renovável, da integração de metas SBTi e do fortalecimento da cadeia de fornecimento responsável, reduzindo riscos de transição e reforçando a competitividade em mercados com exigências regulatórias mais rígidas. Além disso, vem trabalhando na definição de controles que ajudam a prevenir e mitigar impactos de riscos climáticos, tais como diversificação de matérias-primas e malha logística, estabelecimento de planos de contingência, ampliação de fornecedores regionais e investimentos em digitalização e automação para reduzir vulnerabilidades.

No horizonte de curto prazo (2026), os cenários SSP2 4.5 e SSP5 8.5 indicam alterações climáticas perceptíveis, variáveis conforme localidade, porém ainda moderadas para as operações da C&A. Observa-se elevação gradual das temperaturas médias e aumento da frequência de dias quentes, com pequenas variações nos regimes de precipitação. Por meio da implementação dos controles associados aos riscos climáticos e das oportunidades climáticas, tais como eficiência energética, ajustes de climatização em lojas e centros de distribuição e gestão preventiva de estoques e logística, construindo uma jornada de resiliência operacional, buscando mitigar os impactos das ameaças climáticas.

No horizonte de médio prazo (2030), as projeções apontam intensificação das tendências já observadas, especialmente no cenário SSP5 8.5, com maior número de dias com temperaturas elevadas, ampliação do desconforto térmico e maior variabilidade sazonal de precipitação. Esses fatores aumentam a exposição da C&A a riscos físicos, com potenciais impactos sobre custos operacionais (energia, climatização), produtividade e planejamento logístico. A manutenção da resiliência passa a depender de medidas mais estruturais, como adaptação de infraestrutura, gestão ativa de riscos climáticos e incorporação desses cenários ao planejamento estratégico, com a posterior gestão da cadeia de suprimentos.

No longo prazo (até 2050), especialmente sob o cenário SSP5 8.5, os resultados indicam agravamento significativo dos extremos de temperatura, com aumento expressivo de dias muito quentes, maior estresse tér-

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA



mico e maior volatilidade climática. Embora eventos extremos de precipitação permaneçam localizados em grande parte das regiões com ativos analisados, a combinação de calor extremo, umidade elevada ou períodos secos mais prolongados amplia a exposição da C&A a riscos físicos relevantes, afetando operações, logística, saúde ocupacional e custos. Nesse cenário, torna-se essencial a adoção de estratégias robustas de adaptação, incluindo investimentos em infraestrutura resiliente, aprimoramento de controles, revisão de coleções e fortalecimento de planos de contingência para garantir a continuidade operacional e a competitividade da Companhia.

Com base nas análises de cenários apresentadas, foi realizada uma avaliação qualitativa dos potenciais impactos financeiros, em linha com as recomendações do TCFD e referências do World Economic Forum. Essa avaliação indica que os riscos físicos relacionados ao clima tendem a se materializar de forma progressiva ao longo do tempo, afetando principalmente custos operacionais, necessidades de investimento e, em cenários

mais intensos, a própria dinâmica de receita da Companhia.

No curto prazo, os impactos financeiros se concentram em pressões sobre custos, especialmente energia, climatização e ajustes logísticos, com efeito limitado sobre o desempenho financeiro geral. No médio prazo, esses impactos se ampliam, passando a incluir maior necessidade de investimentos em adaptação de ativos e processos, além de efeitos indiretos sobre eficiência operacional e produtividade, com possíveis reflexos sobre margens. No longo prazo, especialmente em cenários de maior intensidade climática como o SSP5 8.5, os impactos tornam-se mais abrangentes, afetando simultaneamente custos, alocação de capital e potencial geração de receita, em função de disrupções operacionais, mudanças no comportamento do consumidor e desafios na cadeia de suprimentos.

Essa abordagem qualitativa permite evidenciar de forma clara como diferentes cenários climáticos podem influenciar a posição financeira da C&A ao longo do tempo.

Integração à tomada de decisão

Os resultados dessa análise subsidiam o planejamento estratégico, orçamentário e de investimentos, influenciando decisões como:

- priorização de investimentos (diversificação de matéria prima, diversificação de rotas logísticas, eficiência energética);

- revisão da matriz de riscos corporativos;
- atualização dos cenários financeiros e de stress-testing;
- definição de metas climáticas e critérios de remuneração variável vinculados à performance climática.

Os resultados dessa análise são incorporados aos processos de planejamento estratégico e financeiro, orientando decisões de investimento, metas climáticas e priorização de riscos. A C&A continuará aprimorando seus modelos de cenarização climática e de avaliação de impactos financeiros, proporcionando alinhamento contínuo com as diretrizes do CBPS 02/IFRS 02 e a resiliência de longo prazo do seu modelo de negócios.

Resiliência da Estratégia por horizonte (projeções CLIMBra e SSP)

Cenário	Horizonte	Impactos Esperados	Estratégias de Adaptação e Mitigação	Limitações / Incertezas
SSP2 4.5 e SSP5 8.5	Curto prazo (2026)	Alterações climáticas perceptíveis e variáveis conforme a localidade, ainda moderadas para as operações. Elevação gradual das temperaturas médias, aumento da frequência de dias quentes e pequenas variações nos regimes de precipitação.	Controles associados aos riscos e às oportunidades climáticas, como eficiência energética, ajustes de climatização em lojas e centros de distribuição e gestão preventiva de estoques e logística.	Variabilidade conforme localidade.
SSP5 8.5 (especialmente)	Médio prazo (2030)	Intensificação das tendências, com maior número de dias com temperaturas elevadas, ampliação do desconforto térmico e maior variabilidade sazonal de precipitação. Potenciais impactos sobre custos operacionais (energia, climatização), produtividade e planejamento logístico.	Medidas mais estruturais, como adaptação de infraestrutura, gestão ativa de riscos climáticos e incorporação desses cenários ao planejamento estratégico, com a posterior gestão da cadeia de suprimentos.	Resultados mais pronunciados no SSP5 8.5.
SSP5 8.5 (especialmente)	Longo prazo (até 2050)	Agravamento dos extremos de temperatura, com aumento expressivo de dias muito quentes, maior estresse térmico e maior volatilidade climática. Eventos extremos de precipitação permanecem localizados em grande parte das regiões com ativos analisados. A combinação de calor extremo, umidade elevada ou períodos secos mais prolongados amplia a exposição a riscos físicos relevantes, afetando operações, logística, saúde ocupacional e custos.	Estratégias robustas de adaptação, incluindo investimentos em infraestrutura resiliente, aprimoramento de controles, revisão de coleções e fortalecimento de planos de contingência.	Eventos extremos de precipitação descritos como localizados em grande parte das regiões com ativos analisados.

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

4.4. TRADE-OFFS E PRIORIZAÇÃO

A gestão climática da C&A está pautada pela busca de equilíbrio entre retorno financeiro, competitividade e impacto socioambiental positivo. Nesse contexto, a Companhia vem evoluindo seus processos internos para avaliação de trade-offs relacionados às mudanças climáticas, isto é, as compensações entre custos de curto prazo e benefícios de longo prazo, considerando as implicações financeiras, operacionais e reputacionais de cada decisão.

Critérios de Priorização

A priorização de iniciativas climáticas encontra-se em processo de evolução e consolidação, sendo atualmente orientada por critérios técnicos, financeiros e de materialidade, em conformidade com o CBPS 02/IFRS S2, e inclui:

- **Materialidade financeira:** foco nas ações com maior potencial de impacto sobre o fluxo de caixa, o custo de capital e a geração de valor de longo prazo;
- **Viabilidade econômica:** análise de retorno sobre investimento (ROI), custos de transição e benefícios associados à eficiência operacional e redução de emissões;
- **Exposição a riscos regulatórios e de mercado:** priorização de iniciativas que reduzam a exposição a novas regulamentações climáticas, precificação de carbono e exigências de investidores institucionais;
- **Capacidade de execução e escala:** escolha de projetos com viabilidade técnica comprovada e potencial de replicação em toda a operação e cadeia de fornecimento;





A Companhia vem evoluindo seus processos internos

para avaliação de trade-offs relacionados às mudanças climáticas, considerando as implicações financeiras, operacionais e reputacionais.

- **Impacto reputacional e engajamento de stakeholders:** consideração dos efeitos das decisões sobre a percepção da marca, a fidelização de clientes e o relacionamento com investidores e parceiros estratégicos.

Principais trade-offs identificados

Os trade-offs a seguir representam exemplos qualitativos identificados pela Administração, e não decorrem, até o momento, de um processo estruturado e padronizado de avaliação integrada que considere simultaneamente todas as variáveis climáticas e financeiras em business cases formais:

- **Investimentos de mitigação versus custos operacionais imediatos:** Projetos como eficiência energética e circularidade exigem aportes de capital significativos no início. Esses investimentos aumentam os custos no curto prazo, mas proporcionam reduções estruturais tanto nas emissões quanto nas despesas operacionais ao longo do médio e longo prazo, gerando ganhos financeiros e ambientais sustentáveis.
- **Substituição de matérias-primas convencionais por mais sustentáveis:** implica aumento de custos unitários no curto prazo, compensado por ganhos de reputação, diferenciação de marca e estabilidade de fornecimento em contextos de restrição de recursos naturais;

- **Expansão de lojas versus metas de descarbonização:** com a operação já baseada em energia renovável, a expansão de lojas físicas é avaliada sob a ótica da eficiência energética e das emissões incrementais associadas à construção, operação e cadeia de suprimentos, buscando mitigar impactos adicionais;
- **Metas climáticas ambiciosas versus previsibilidade financeira:** a C&A adota uma abordagem de escalonamento progressivo, equilibrando o cumprimento de compromissos públicos com a preservação de margens e o controle de custos.

As decisões de priorização e de alocação de recursos são submetidas à Diretoria Executiva e aos Comitês de Gente & ASG, de Auditoria, Riscos e Finanças Comitê de Investimentos), no contexto de processos ainda em desenvolvimento, não configurando, até o momento, um modelo formalizado e plenamente integrado de tomada de decisão com base em critérios climáticos e financeiros combinados.

Os resultados são incorporados ao planejamento orçamentário e à matriz de riscos corporativos, permitindo que a Companhia equilibre resiliência, rentabilidade e impacto climático.

Essa abordagem reforça o compromisso da C&A em alinhar decisões estratégicas, financeiras e climáticas, conforme os princípios de materialidade, conectividade e transparência estabelecidos pelos padrões CBPS 01/IFRS S1 e CBPS 02/IFRS 02.

5. GESTÃO DE RISCOS

A C&A adota uma abordagem estruturada para o gerenciamento de riscos climáticos, para que esses fatores sejam identificados, avaliados e monitorados de forma consistente com a gestão de riscos corporativos. O processo é integrado ao Enterprise Risk Management (ERM) da Companhia, adota os mesmos critérios de metodologia de modo que integram os riscos corporativos na matriz e conta com supervisão do Conselho de Administração, dos Comitês de Auditoria, Riscos e Finanças, Comitê de Gente e ASG e da Diretoria Executiva.

Essa estrutura busca viabilizar que riscos e oportunidades materiais sejam tratados de maneira tempestiva e transparente, permitindo a tomada de decisão informada e a conexão entre gestão operacional, planejamento estratégico e divulgações financeiras.

As divulgações relacionadas à gestão de riscos climáticos apresentadas nesta seção foram estruturadas de forma integrada às divulgações de estratégia, governança e planejamento financeiro da Companhia.

Com esse objetivo, a C&A adotou uma abordagem de referência cruzada, concentrando a descrição dos processos corporativos de gestão de riscos, da metodologia de materialidade financeira e da integração ao Enterprise Risk Management (ERM) em seções específicas do Relatório, evitando a repetição de conteúdos já apresentados. Essa organização reflete a forma como a gestão de riscos climáticos está integrada ao sistema corporativo de gestão de riscos da Companhia em busca de consistência, clareza e conectividade das informações divulgadas ao longo do Relatório.

5.1. PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Em 2025, a C&A aprimorou seus processos de gestão de riscos para proporcionar a identificação, avaliação e monitoramento consistentes dos riscos e oportunidades relacionados ao clima, de forma integrada à matriz corporativa e ao ciclo de planejamento financeiro. Essa evolução permitiu que os efeitos climáticos fossem quantificados e refletidos nos demonstrativos contábeis e orçamentários, em conformidade com o CBPS 02/IFRS S2.



Identificação de Riscos e Oportunidades

O processo de identificação é conduzido de forma contínua pela Gerência de Governança, Riscos e Controles (GRC), com supervisão da Diretoria Executiva e acompanhamento dos Comitês de Auditoria, Riscos e Finanças (CARF) e Gente & ASG.

São utilizados múltiplos instrumentos de diagnóstico, como:

- Mapeamento de processos críticos e cadeia de valor, com foco em vulnerabilidades climáticas (abastecimento de matérias-primas, logística e infraestrutura física);
- Análise de riscos físicos (eventos climáticos extremos, disponibilidade hídrica, temperaturas elevadas) e de transição (regulatórios, tecnológicos, de mercado e reputacionais);
- Engajamento com stakeholders estratégicos investidores, fornecedores e especialistas externos para identificar novas exposições e oportunidades emergentes;
- Integração de cenários climáticos do IPCC e da IEA, alinhados às metas globais de limitação do aquecimento a 1,5 °C e 2 °C.

Os riscos identificados são classificados quanto à natureza (física, de transição ou socioambiental) e vinculados às respectivas áreas de negócio, promovendo responsabilidade e rastreabilidade.

Avaliação e Mensuração de Impactos

Cada risco ou oportunidade é avaliado segundo critérios quantitativos e qualitativos, considerando:

- Probabilidade de ocorrência e magnitude de impacto financeiro, com base em métricas monetárias integradas ao orçamento e às demonstrações financeiras;
- Correlação com riscos tradicionais, como crédito, liquidez e mercado, permitindo mensurar o efeito combinado sobre capital e rentabilidade;
- Horizonte temporal (curto, médio e longo prazos), conforme a metodologia definida na seção Definição de Horizontes;
- Indicadores-chave de risco (KRIs), que monitoram variações relevantes, como custos de energia, preços de matérias-primas e exposição a eventos climáticos severos.

Essa abordagem possibilita traduzir os impactos climáticos em valores financeiros potenciais, estimando efeitos sobre EBITDA, fluxo de caixa, custos operacionais, ativos e provisões. Caso um risco venha a se mate-

rializar, a despesa, perda ou investimento decorrente é então registrado no sistema integrado de gestão financeira (ERP), refletindo a efetiva materialização do impacto. Dessa forma, é promovido um maior alinhamento entre a avaliação dos riscos, suas consequências econômicas e o reporte contábil.



Monitoramento e Revisão

O monitoramento é realizado de forma trimestral, com atualização completa da Matriz Integrada de Riscos pelo GRC e validação pela Diretoria Executiva. Os resultados são apresentados ao CARF e ao Conselho de Administração, proporcionando supervisão e rastreabilidade de todas as decisões.

Principais mecanismos de monitoramento incluem:

- Revisão sistemática dos riscos materiais climáticos, com reavaliação das probabilidades e dos impactos financeiros;
- Auditorias internas e externas para testar a eficácia dos controles e a consistência das informações divulgadas;

- Dashboards executivos e painéis de indicadores, que consolidam dados operacionais e financeiros de riscos e oportunidades;
- Integração com o processo de reporte ISSB, permitindo que as informações climáticas estejam alinhadas às demonstrações financeiras e notas explicativas.

Com esse aprimoramento, a C&A passou a tratar os riscos e oportunidades climáticos como variáveis estratégicas e financeiras, conectadas à estrutura de governança corporativa e às decisões de alocação de capital.

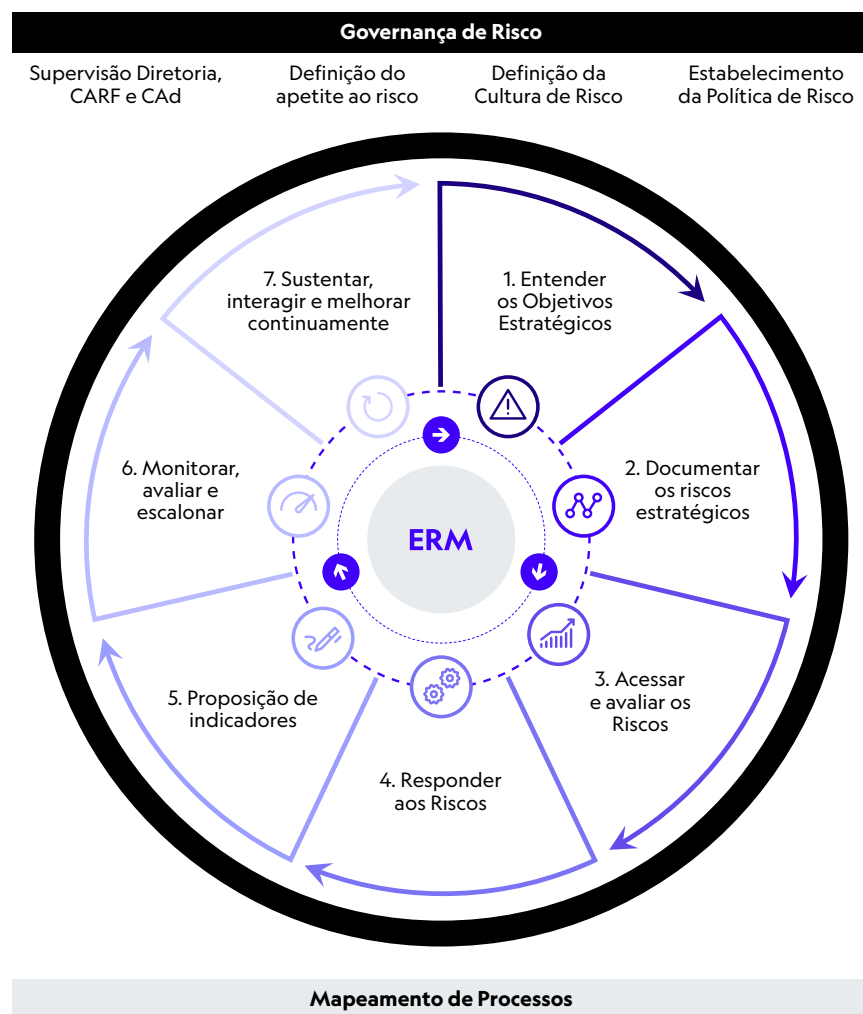
Essa integração eleva o nível de maturidade da gestão de riscos da Companhia, permitindo que a identificação, a mensuração e o monitoramento de eventos climáticos sejam quantificáveis, auditáveis e financeiramente materiais.

Processo de Gerenciamento de Riscos

Etapas	Descrição	Frequência	Integração ao ERM	Responsável
Identificação	Identificação e documentação dos riscos corporativos com base nos objetivos estratégicos, fatores internos, externos e riscos emergentes.	Contínua, com revisão formal trimestral	Total – etapa inicial do ciclo de gestão de riscos	Áreas de Negócio (1ª linha) com apoio de GR&CIs
Avaliação	Análise e priorização dos riscos com base em impacto e probabilidade, considerando exposição e materialidade.	Trimestral (ou sempre que houver mudanças relevantes)	Total – integra a matriz de riscos e definição de prioridades	Áreas de Negócio + GR&CIs
Mitigação	Definição e implementação das estratégias de resposta (mitigar, evitar, aceitar ou transferir), incluindo planos de ação, controles e indicadores.	Contínua, com acompanhamento periódico	Total – vinculada à resposta e tratamento dos riscos	Donos de Risco (1ª linha), com suporte de GR&CIs
Monitoramento	Acompanhamento da evolução dos riscos, efetividade dos controles e indicadores, com reporte e escalonamento à governança.	Trimestral (monitoramento contínuo com reporte formal)	Total – garante a retroalimentação do ciclo ERM	GR&CIs (2ª linha) e reporte à Diretoria, CARF e Conselho

FRAMEWORK ADOTADO EM NOSSO PROGRAMA

Desde a estruturação do Programa de Gestão de Riscos Corporativos em 2020, passamos a adotar o Framework abaixo, permitindo o desenvolvimento de um processo de gerenciamento de risco estratégico eficaz e eficiente e de alto valor.



1. Entender os objetivos estratégicos

Entender quais as estratégias e objetivos do negócio serão foco na identificação e gerenciamento dos riscos.

2. Documentar os riscos estratégicos

Identificar e documentar os riscos estratégicos, considerando as iniciativas estratégicas e os principais fatores (externos, internos e riscos emergentes) que podem afetar as iniciativas estratégicas.

3. Analisar e priorizar os Riscos

Entender os impactos do riscos e suas consequências. Priorização dos riscos.

4. Responder aos Riscos

Identificar, treinar e suportar os Donos dos riscos (Risk Owner) no desenvolvimento do plano de resposta que inclua possíveis alternativas para endereçar os riscos (ex: evitar, aceitar, mitigar ou transferir).

5. Proposição de indicadores de monitoramento dos riscos

Auxiliar na identificação e/ou proposição de indicadores de riscos e/ou eventuais controles internos para mitigação dos riscos.

6. Monitorar e avaliar:

Monitorar periodicamente a exposição de riscos, identificando aumento potencial do nível de exposição e escalonando o perfil dos riscos para o nível de autoridade apropriado de dentro da Organização.

7. Sustentar, integrar e melhorar continuamente

Avaliar periodicamente a eficiência e eficácia do processo de Gestão de Riscos, visando identificar oportunidades de melhorias.

PAPÉIS E RESPONSABILIDADE

Responsabilidades específicas

MODELO DE TRÊS LINHAS			
	1ª LINHA	2ª LINHA	3ª LINHA
Participantes	Representada por gestores da Diretoria Executiva e das Áreas de Negócio, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.	Refere-se à áreas GR&CIs da Companhia, sendo responsável por apoiar, monitorar e questionar atividades relacionadas a riscos e controles, bem como suportar a 1ª Linha, fornecendo capacitação e apoio técnico no modelo de gestão dos Riscos e Controles Internos.	Refere-se à área de Auditoria Interna, que atua de forma independente e objetiva, e tem como objetivo fornecer opiniões aos órgãos de Governança sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.
Principais Atividades	DONO DO RISCO - Garantir recursos aos Agentes de Riscos, para a implementação das ações de resposta ao risco; - Revisar avaliações de riscos, informar ajustes no Mapa e apontar riscos não mapeados para GR&CIs; - Responder pelo status de planos de ação e contingências em desenvolvimento.	- Analisar, avaliar e monitorar os riscos identificados pela 1ª linha e sua efetividade; - Auxiliar na identificação de riscos e no desenvolvimento dos planos de resposta; - Fornecer orientações técnicas e suporte; - Reportar tempestivamente aos órgãos de governança as informações relevantes relacionadas ao Programa de Gestão de Riscos Estratégicos.	Avaliar e assessorar, de forma independente e objetiva, sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos ao CARF e ao CAD da adequação geral do ambiente.
	AGENTE DE RISCO - Avaliar e garantir que o risco está sendo mitigado e que os Times de Apoio estão exercendo suas atribuições; - Implementar controles de prevenção e mitigação e designar Time de Apoio; - Comunicar desvios aos Donos dos Riscos.		
	TIMES DE APOIO - Executar controles e planos de ação; - Comunicar desvios aos Agentes de Risco.		

5.2. FERRAMENTAS E CONTROLES

A C&A possui uma estrutura de governança e gestão de riscos integrada ao modelo corporativo de Enterprise Risk Management (ERM), por meio da qual os riscos climáticos físicos e de transição são progressivamente incorporados, avaliados e monitorados de forma alinhada à estratégia e às decisões operacionais e financeiras da Companhia. Esse processo é conduzido pela área de Governança, Riscos e Controles (GRC), com supervisão da Diretoria Executiva e acompanhamento periódico pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças (CARF) e pelo Conselho de Administração.

No contexto climático, a Companhia vem avançando na incorporação desses temas à matriz corporativa

de riscos, incluindo a análise de eventos físicos, como ondas de calor, estresse hídrico, inundações e demais eventos extremos¹, bem como riscos de transição associados a mudanças regulatórias, reputacionais e de mercado. Esses riscos são avaliados segundo critérios qualitativos e quantitativos, considerando probabilidade, magnitude de impacto financeiro, correlação com riscos corporativos, horizonte temporal e potenciais efeitos sobre receitas, custos operacionais, investimentos, fluxo de caixa e posição patrimonial. A gestão desses riscos é suportada por ferramentas corporativas já estabelecidas no âmbito do ERM, que vêm sendo gradualmente aplicadas ao contexto climático. Entre essas ferramentas, destacam-se:

- a matriz corporativa de riscos, utilizada para registro, classificação e priorização dos riscos identificados, incluindo riscos emergentes de natureza climática;
- o mapeamento de processos críticos ao longo da cadeia de valor, permitindo a identificação de pontos de vulnerabilidade e a priorização de ações de resposta;
- a classificação dos riscos por natureza e região, considerando a localização dos ativos e sua exposição diferenciada a eventos climáticos; e
- o monitoramento periódico da matriz integrada de riscos, com reporte estruturado à alta governança.

¹ Tempestades, inundações, estresse hídrico, ondas de calor e ciclones.



6. METAS E MÉTRICAS

Em 2025, a C&A reforçou o processo de mensuração e acompanhamento de desempenho climático, vinculando os indicadores climáticos aos resultados financeiros e à gestão de riscos corporativos. Esse processo foi estruturado para atender aos requerimentos do CBPS 02/IFRS S2, estimulando que as métricas divulgadas sejam quantificáveis, comparáveis e coerentes com as demonstrações contábeis da Companhia.

Indicadores de Desempenho Climático

Os principais indicadores utilizados pela C&A para avaliar os riscos e oportunidades climáticos são:

- **Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):** quantificadas segundo a metodologia do GHG Protocol, abrangendo Escopos 1, 2 e 3. Os dados são auditados por terceira parte independente e reportados anualmente ao Programa Brasileiro GHG Protocol e ao CDP.
- **Intensidade de Emissões:** relação entre emissões de CO₂e e receita líquida, em toneladas de CO₂e por R\$ milhão, permitindo avaliar a eficiência climática das operações.
- **Consumo e Eficiência Energética:** percentual de energia proveniente de fontes renováveis (95% em 2025) e economias obtidas por projetos de eficiência em lojas, centros de distribuição.
- **Circularidade:** percentual de produtos com princípio de circularidade, 37% em 2025, com meta de 50% em 2030.
- **Matérias Primas Mais Sustentáveis:** percentual de matérias-primas de origem sustentável em relação ao volume total de fibras utilizadas, 72,2% em 2025, com meta de 80% até 2030.
- **Exposição Financeira a Riscos Climáticos:** a Companhia monitora riscos corporativos que tenham fatores climáticos associados por meio da Matriz de Riscos Corporativos e, para aqueles priorizados pelos órgãos de governança, realiza análises de impactos financeiros atuais e potenciais sobre custos operacionais, margens e fluxos de caixa.



Integração das Métricas ao Planejamento Financeiro

A gestão das métricas climáticas está diretamente vinculada ao processo de governança corporativa e ao planejamento financeiro da companhia. Indicadores como emissões de GEE, consumo de energia renovável, eficiência logística e circularidade não são tratados isoladamente; eles são analisados sob a ótica de riscos e oportunidades que podem impactar orçamento, investimentos, despesas operacionais e projeções de fluxo de caixa.

Esse modelo de integração permite que variáveis críticas, como preço da energia, custos de insumos, disponibilidade de matérias-primas e eficiência no transporte sejam incorporadas aos cenários financeiros e às decisões estratégicas. Por exemplo, metas de redução de emissões e aumento do uso de energia renovável influenciam investimentos em infraestrutura e contratos de fornecimento, enquanto indicadores de circularidade e rastreabilidade orientam alocação de recursos para inovação em produtos e processos.

Além disso, o acompanhamento das métricas climáticas é utilizado como insumo para definição de incentivos a executivos e priorização de projetos, a fim

de que a performance ambiental esteja alinhada à geração de valor econômico de longo prazo. Essa abordagem fortalece a resiliência financeira da companhia frente a riscos regulatórios, variações climáticas e mudanças nas preferências dos stakeholders, assegurando que decisões de investimento considerem tanto impactos financeiros quanto compromissos climáticos.

6.1. METAS E PROGRESSO

Metas Climáticas – Compromissos 2030

As metas da C&A abrangem a C&A Modas S.A. e suas controladas, estabelecidas em alinhamento com o Science Based Targets initiative (SBTi) e com os pilares do Compromisso 2030. Elas refletem o compromisso da Companhia com a mitigação das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono, envolvendo pontos centrais da operação e da cadeia de valor: redução absoluta das emissões de GEE, manutenção do uso de energia renovável, incorporação de princípios de circularidade nos produtos e ampliação do uso de matérias-primas mais sustentáveis.

A métrica vinculada a framework externo é divulgada conforme especificado por essa fonte. Já as demais seguem metodologias próprias, desenvolvidas para apoiar a gestão interna e garantir transparência aos usuários do

Relatório. Todas as metas passam por processos formais de revisão e aprovação nos órgãos de governança, buscando aderência com a estratégia corporativa e com os compromissos públicos assumidos.

No caso das emissões de gases de efeito estufa, a definição e o monitoramento seguem a metodologia do GHG Protocol, com verificação independente do inventário e validação externa pelo SBTi. As metas relacionadas a circularidade e matérias-primas são conduzidas internamente, com participação da Administração e dos fóruns competentes.

O acompanhamento é sistemático, permitindo avaliar o progresso e realizar ajustes necessários para fortalecer a trajetória de descarbonização. Os indicadores demonstram avanços relevantes, como o uso de 100% de energia renovável e o crescimento gradual do uso de matérias-primas sustentáveis, ao mesmo tempo em que evidenciam desafios em áreas como circularidade, que exigem esforços contínuos.

A seguir, apresentamos a tabela consolidada com as metas definidas para 2030, os resultados para 2025 e os respectivos indicadores de desempenho, evidenciando o grau de aderência às metas e os pontos que demandam maior atenção para os próximos ciclos.

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

Tema	Metas 2030 e indicadores climáticos	Fonte de dados	Metodologia	Classificação	Ano-base	Status 2025	Indicador de Desempenho	Impacto financeiro associado
Redução de emissões (GEE)	Reduzir em 42% as emissões absolutas (escopos 1 + 2 + 3)	Inventário GEE – verificado por terceira parte	GHG Protocol	Quantitativo absoluto	2023	Nova meta aprovada em maio 2025	t CO ₂ e / ano	Redução de despesas (energia), aumento de investimento (eficiência e descarbonização) e mitigação de riscos regulatórios
Energia renovável	Manter 100% de energia de fontes renováveis	Inventário GEE – verificado por terceira parte	Interna, não derivada de fonte externa	Quantitativo de intensidade	2018	95%	% de energia renovável	Impacto em despesa de energia, maior previsibilidade e redução de exposição à volatilidade tarifária
Circularidade de produtos	50% dos produtos com princípios de circularidade	GRI 301 – Relatório Integrado de 2025 verificado por terceira parte	Interna, não derivada de fonte externa	Quantitativo de intensidade	2022	37%	% de produtos circulares	Impacto no CMV, margem bruta e capital de giro via redução de desperdícios e otimização de estoques
Matérias-primas mais sustentáveis	80% do volume de matérias-primas principais (algodão, viscose, poliéster) sustentáveis	GRI 301 – Relatório Integrado de 2025 verificado por terceira parte	Interna, não derivada de fonte externa	Quantitativo de intensidade	2022	72,2%	% de matérias-primas sustentáveis	Impacto no CMV e margem bruta, redução de volatilidade de custos e riscos de supply chain

¹ Nota: A meta de redução absoluta de emissões brutas de GEE foi revisada e aprovada em maio de 2025 em função da atualização do inventário corporativo de emissões, do refinamento dos dados da cadeia de valor (Escopo 3), adequação a realidade local do negócio e do alinhamento às diretrizes metodológicas da Science Based Targets initiative (SBTi). A revisão permitiu ajustar o nível de ambição e a trajetória da meta de forma consistente com as premissas mais recentes de crescimento do negócio, disponibilidade de dados e melhores práticas internacionais.

O desempenho observado em 2024 e o status em 2025 indicam tendências distintas entre as metas climáticas, refletindo a complexidade de implementação e o ambiente operacional:

- **Emissões absolutas de GEE:** Meta aprovada em 2025 pelo SBTi. O reporte referente ao status dessa meta acontecerá nos próximos ciclos.
- **Energia elétrica renovável:** A métrica encontra-se parcialmente atendida, em razão da recente instalação de Hubs Logísticos que ainda não foram incluídos na compra de IRECs, devido ao curto período de operação. Para o cálculo desse indicador, consideramos o total de energia consumida (em MWh), a quantidade de energia adquirida de fontes renováveis (também em MWh) e o volume de IRECs correspondente.
- **Circularidade de produtos:** Observa-se um aumento no percentual de produtos circulares, impulsionado pela incorporação de critérios de circularidade e pelo uso crescente de materiais reciclados e certificados. Para o cálculo dessa métrica, consideramos três critérios principais: (1) peças projetadas para reciclagem, contabilizando os itens recebidos no ano de referência; (2) uso de matéria-prima reciclada, considerando fibras únicas apenas nas partes principais e produtos 100% algodão; e

(3) durabilidade, incluindo peças desenvolvidas para prolongar o ciclo de vida dos produtos.

- **Matérias-primas sustentáveis:** O uso de fibras sustentáveis segue em crescimento, apesar de eventuais variações relacionadas à disponibilidade de fornecedores e aos processos de negociação. Para o cálculo dessa métrica, consideramos as principais matérias-primas da Companhia (algodão, viscose, modal, liocel, acetato e poliéster), avaliadas nas partes principais dos produtos de marca própria, com base no volume recebido no ano de referência, conforme a metodologia do GRI 301.

Em cada caso, os resultados representam marcos dentro de uma trajetória de médio prazo. A Companhia monitora os desvios em relação às metas esperadas, identifica causas e ações corretivas e avalia riscos que podem impactar seu cumprimento. Esses insights direcionam ajustes, reforçando a capacidade de resposta e garantindo a robustez do caminho até 2030.

As metas estabelecidas passam por revisões pontuais quando há necessidade de alteração ou inclusão, em função da evolução do negócio, do contexto regulatório e das premissas climáticas adotadas. O acompanhamento do desempenho relacionado a essas metas ocorre de forma trimestral, permitindo a avaliação contínua do progresso e a adoção de ajustes quando necessário.

A meta climática de médio prazo da C&A para 2030 não é acompanhada por metas e marcos intermediários, no entanto, são definidos internamente, marcos de projetos anuais que integram o processo de planejamento estratégico e o modelo de gestão de desempenho da Companhia, incluindo sua vinculação ao sistema de remuneração variável de curto prazo da alta liderança. Esses marcos de projeto são utilizados como instrumentos formais de monitoramento do progresso em relação às metas de 2030 e de orientação da tomada de decisão, ainda que seus valores quantitativos específicos não sejam divulgados publicamente.

Os indicadores que influenciam a geração de valor, como emissões e uso de matéria prima mais sustentável permanecem vinculados ao modelo de remuneração variável de curto prazo da alta liderança, reforçando a responsabilização executiva pelo avanço consistente da agenda climática.

Nesse sentido, a C&A estruturou planos específicos de implementação, alinhados ao Plano de Redução de Emissões 2030, que detalha ações por escopo, investimentos previstos, responsáveis e mecanismos de acompanhamento. Esses planos consideram os principais vetores de emissão e impacto identificados no inventário corporativo e são revisados periodicamente à luz da evolução do negócio e do contexto regulatório.

I. Redução absoluta de emissões de GEE (Escopos 1, 2 e 3)

A meta foi definida com base no Acordo de Paris, em especial no cenário de limitação do aquecimento global a 1,5 °C, que orientou o nível de ambição, o horizonte temporal até 2030 e a trajetória de redução absoluta de emissões. Essa meta de médio prazo foi formulada em alinhamento à Science Based Targets initiative (SBTi), submetidas e aprovadas no âmbito dessa iniciativa, e derivadas a partir da abordagem setorial de descarbonização (Sectoral Decarbonisation Approach – SDA), compatível com trajetórias de aquecimento global limitadas a 1,5 °C.

A aplicação da SDA considera as características específicas e a intensidade de emissões do setor de atuação da Companhia, traduzindo trajetórias setoriais de redução em uma meta corporativa mensurável e cientificamente consistente com os critérios da SBTi. A meta corresponde a uma redução absoluta das emissões brutas, sem o uso de compensações por créditos de carbono, e sua implementação é acompanhada anualmente ao longo do período até 2030. Para seu alcance, foi definido o seguinte plano de ação:

Escopo 1 – Operações próprias (ar-condicionado e equipamentos):

- Troca do retrofit de sistemas de ar-condicionado em lojas com maior volume de gases refrigerantes, substituindo tecnologias tradicionais por sistemas com gases de menor potencial de aquecimento global (GWP);
- Adoção do novo padrão de climatização em todas as novas lojas a partir de 2027.

Escopo 2 – Energia elétrica:

- Manutenção de 100% do consumo de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, por meio da aquisição de certificados de energia renovável (I-RECs), mantendo emissões zero nesse escopo até 2030.

Escopo 3 – Cadeia de valor:

- Implementação do plano de redução para bens e serviços adquiridos, com foco em matérias-primas e processos produtivos;
- Ampliação da rastreabilidade da cadeia de fornecimento, coleta de dados primários e implantação de sistema de gestão ambiental;

- Redução de emissões logísticas por meio da otimização da malha, redução de quilômetros rodados e maior uso de combustíveis de menor impacto, como biometano e veículos elétricos.

Horizonte de implementação: Curto e médio, com ações iniciadas a partir de 2025 e intensificação progressiva até 2030.

Dependências relevantes: Engajamento da rede de fornecedores, disponibilidade de tecnologias de baixo carbono, evolução da malha logística e aprovação de investimentos previstos no plano.

Acompanhamento: Monitoramento anual das emissões absolutas (tCO₂e/ano), com governança no CGASG.

A C&A não adota atualmente um preço interno de carbono em seus processos de tomada de decisão, análises de investimentos ou avaliações de rentabilidade. Dessa forma, os requerimentos não são aplicáveis no exercício corrente. A Companhia acompanha a evolução do arcabouço regulatório e de mercado e avaliará a eventual adoção futura de mecanismos internos de precificação de carbono, que serão divulgados oportunamente.

Impacto Financeiro: O Plano de Redução de Emissões 2030 consolida investimentos e custos associados às ações de mitigação desta meta (Escopos 1, 2 e 3). Para 2026, os valores totalizam R\$ 9,6 milhões.

II. Manutenção de 100% de energia elétrica renovável

- Continuidade da contratação de energia elétrica renovável certificada (I-RECs) para todas as operações da Companhia, buscando o cumprimento da meta SBTi, em alinhamento ao Acordo de Paris;
- Revisão periódica dos contratos de fornecimento para assegurar cobertura integral do consumo, inclusive em novas lojas e expansões operacionais.

Horizonte de implementação: Ação contínua, já implementada desde 2023 e mantida até 2030.

Dependências relevantes: Disponibilidade de certificados de energia renovável e condições de mercado.

Acompanhamento: Monitoramento anual do percentual de energia renovável consumida (%), reportado no inventário de GEE

III. Circularidade de produtos

- Integração de critérios de circularidade no desenvolvimento de produtos, priorizando design para durabilidade, reciclabilidade e menor intensidade de materiais;
- Ampliação do uso de matérias-primas recicladas e certificadas, conforme o roadmap de matérias-primas do Plano de Redução, que visa o cumprimento da meta SBTi, em alinhamento ao Acordo de Paris;

Horizonte de implementação: Médio prazo, com evolução gradual do mix de produtos até 2030.

Dependências relevantes: Disponibilidade de matérias-primas mais sustentáveis, maturidade tecnológica e engajamento de fornecedores.

Acompanhamento: Monitoramento mensal do percentual de produtos mais sustentáveis (%).

IV. Ampliação do uso de matérias-primas mais sustentáveis

- Implementação do roadmap de matérias-primas mais sustentáveis prevista no Plano de Redução 2030, que visa o cumprimento da meta SBTi, em alinhamento ao Acordo de Paris;
- Realização de análises de ciclo de vida para apoiar decisões de compras.

Horizonte de implementação: Curto a médio prazo, com marcos intermediários anuais definidos até 2030.

Dependências relevantes: Disponibilidade de matérias-primas sustentáveis em escala, custos relativos e negociações com fornecedores.

Acompanhamento: Monitoramento anual do percentual de matérias-primas sustentáveis (%), integrado ao inventário de GEE e ao planejamento de compras.

6.2. EMISSÕES

O Inventário de GEE de 2025 da C&A passou por verificação de terceira parte que, por definição do PBGHGP (Programa Brasileiro GHG Protocol), é uma “avaliação independente realizada por pessoas competentes e independentes acerca da completude e exatidão do inventário anual corporativo de GEE (Gases de Efeito Estufa) de uma organização inventariante e sua conformidade com critérios previamente estabelecidos”.

O objetivo principal da verificação por terceira parte é assegurar a credibilidade do Inventário de GEE da organização. A KPMG foi a responsável pela verificação do presente Inventário, tendo obtido sucesso na verificação das categorias de combustão estacionária, emissões fugitivas, abordagens por localização e por escolha de compra do Escopo 2, deslocamento casa-trabalho, resíduos sólidos gerados nas operações e viagens a negócios. Além disso, 100% das emissões de Escopo 3 foram objeto da verificação de terceira parte.

As emissões de gases de efeito estufa de Escopo 1 e Escopo 2 divulgadas neste Relatório referem-se exclusivamente às operações da C&A Modas S.A., entidade operacional do Grupo responsável pelas atividades que geram emissões diretas e indiretas associadas ao consumo de energia. As demais empresas do Grupo, incluindo entidades relacionadas a serviços financeiros e outras controladas, não possuem emissões relevantes de Escopo 1 ou Escopo 2, em função da natureza

de suas atividades, que não envolvem operações industriais, uso direto de combustíveis ou consumo significativo de energia elétrica sob controle operacional próprio. Dessa forma, não há emissões de Escopo 1 e 2 a serem divulgadas separadamente para outras investidas, em conformidade com o requerido pelo CBPS 02/IFRS S2.

Para o cálculo das emissões de Escopo 3, são consideradas as emissões indiretas de GEE decorrentes das atividades da Companhia, mas provenientes de fontes que não pertencem ou não são controladas pela empresa. As emissões de gases de efeito estufa de Escopo 3 divulgadas neste Relatório são integralmente calculadas com base em dados secundários, utilizando fatores de emissão de Tier 2 e Tier 3, conforme definido pelo GHG Protocol, ficando sujeitos a alto nível de incerteza.

Atualmente, a Companhia não dispõe de dados primários específicos da cadeia de valor (Tier 1) fornecidos diretamente por fornecedores ou parceiros comerciais. Dessa forma, as estimativas de Escopo 3 baseiam-se em proxies setoriais, bases de dados reconhecidas e premissas padronizadas, em função das limitações de disponibilidade, granularidade e cobertura de dados ao longo da cadeia de valor.

No ano de 2025, o inventário da C&A contempla as emissões associadas a bens e serviços comprados, atividades relacionadas a combustível não incluídas nos Escopos 1 e 2, deslocamento casa-trabalho (transpor-

tes públicos e veículos particulares de funcionários), transporte aéreo, resíduos sólidos gerados nas operações, transporte e distribuição downstream, transporte e distribuição upstream e bens arrendados (organização como arrendatária), sendo a categoria de bens e serviços comprados a de maior impacto no resultado

total do inventário. O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) contempla todos os gases regulados pelo Protocolo de Kyoto aplicáveis às operações da C&A (dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonetos (HFCs) e perfluorcarbonetos (PFCs)).



EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

Emissões diretas de gases de efeito estufa (t CO₂ equivalente)

	2024	2025
Combustão estacionária	43,72	44,97
Emissões Fugitivas	6.309,88	9.547,94
Total de emissões brutas de CO ₂	6.353,60	9.592,91

Emissões indiretas proveniente da aquisição de energia (t CO₂ equivalente)

	2024	2025
Eletricidade (localização)	10.058,81	9.343,07
Eletricidade (escolha de compra)	-	444,29
Total	10.058,81	9.787,36

Emissões biogênicas de CO₂ (t CO₂ equivalente)

	2024	2025
Escopo 1	6,42	7,1
Escopo 3	16.843,27	3.616,52

Reduções de emissões de GEE (t CO₂ equivalente)

	2024	2025
Escopo 1	-1.842,07	-3.239,31
Escopo 2	-3.200,94	-715,74
Escopo 3	-126.003,61	-125.543,03

Outras emissões de gases de efeito estufa (t CO₂ equivalente)

A montante	2024	2025
Bens e serviços adquiridos	293.775,05	287.462,9
Atividades relacionadas com combustível e energia não inclusas nos escopos 1 e 2	43.380,82	12,14 ¹
Transporte e distribuição upstream	98.381,50	14.947,14 ²
Resíduos gerados nas operações	943,62	8.178,55
Viagens a negócios	1.170,82	1.227,64
Deslocamento casa-trabalho	15.194,63	14.465,41
Bens arrendados	8,30	7,18
A jusante	2024	2025
Transporte e distribuição downstream	1.482,79	2.491,54
Total	454.337,53	328.792,50

¹ Em 2025, conduzimos uma revisão da metodologia de cálculo aplicada à categoria 3 do Escopo 3, com o intuito de aprimorar a alocação das emissões provenientes das demais categorias de Escopo 3 para suas respectivas classificações. Essa atualização metodológica busca fortalecer a precisão e a consistência das informações relacionadas às emissões indiretas na cadeia de valor. Como parte do processo de aprimoramento contínuo, os dados referentes ao ano de 2024 foram revisados e recalculados conforme a nova metodologia, assegurando maior comparabilidade e alinhamento com as práticas de reporte utilizadas pela organização.

² Em 2025, procedemos à revisão da metodologia de cálculo aplicada à categoria 4 do Escopo 3, abrangendo as viagens entre Centros de Distribuição (CDs) e entre CDs e lojas. A atualização teve como finalidade aprimorar a acurácia da representação das operações logísticas, incorporando as especificidades de rotas com múltiplas paradas. No decorrer de 2026, realizaremos a reavaliação dos dados referentes aos anos de 2024 e 2023, de modo a aplicar retroativamente o modelo de cálculo atualizado.

Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

A montante	2024	2025
Intensidade por receita bruta (tCO ₂ eq/milhões de R\$)	46,12	32,14
Intensidade por matéria-prima (tCO ₂ eq/t)	18,24	13,56

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

6.3. COMPROMISSOS 2030

Em 2022, a C&A estabeleceu quatro compromissos públicos com prazo de alcance até 2030, alinhando sua visão à agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Esses compromissos refletem os temas materiais para a Companhia e reforçam sua posição como uma marca comprometida em liderar pelo exemplo, promovendo inovação e responsabilidade na moda.

Cada compromisso possui metas claras e critérios definidos, com acompanhamento trimestral pelo time de ASG, garantindo transparência e evolução contínua. Essa jornada integra a sustentabilidade à estratégia do negócio, fomentando soluções que conciliem crescimento e responsabilidade em toda a cadeia de valor. Em 2024, registraram avanços significativos rumo às metas estabelecidas, consolidando o papel da Companhia na transformação do setor.

Compromissos até 2030

ODS	Compromisso	Meta 2030	2022	2023	2024	2025
8 12 13 15 17	80% das matérias-primas principais devem ser de origem sustentável considerando algodão, viscose e poliéster	80%	65%	66%	70,6%	72,2%
12 13 17	50% dos produtos devem incluir princípios de circularidade	50%	0%	0,02%	34%	37%
12 13 17	Reduzir em 50% o plástico de uso único nas nossas operações, lojas e e-commerce	50%	0%	15%	29%	41%
5 8	60% de mulheres em posição de liderança (a partir de cargos gerenciais)	60%	64%	66%	66%	64%
5 8	30% de negros e indígenas em posição de liderança (a partir de cargos gerenciais)	30%	20%	26%	30%	31%



6.4. MÉTRICAS CLIMÁTICAS

A C&A apresenta os indicadores de desempenho definidos conforme as métricas contábeis do SASB para o setor de vestuário, acessórios e calçados, promovendo transparência na gestão de riscos e oportunidades climáticos. As métricas contemplam aspectos críticos da cadeia de valor, incluindo conformidade regulatória, avaliação ambiental de fornecedores, gestão de matérias-primas prioritárias, certificações sustentáveis e práticas trabalhistas. A divulgação desses indicadores reforça o compromisso da Companhia com padrões internacionais e permite monitorar avanços frente às metas estabelecidas, reforçando alinhamento às expectativas de stakeholders e às melhores práticas de mercado.

Em conformidade com a orientação setorial do SASB para a implementação do CBPS 02/IFRS S2 Divulgações Relacionadas ao Clima, a C&A Modas S.A. apresenta, a seguir, os indicadores aplicáveis ao setor de vestuário, acessórios e calçados.

Matérias-primas prioritárias			
Matéria-prima prioritária	Fatores ambientais e/ou sociais que podem ameaçar o abastecimento	Riscos e/ou oportunidades de negócios associados	Estratégia de gestão adotada
Algodão	Mudança no uso da terra; poluição de solo e água; impactos das mudanças climáticas sobre a disponibilidade da fibra	Riscos reputacionais por violações socioambientais; risco de indisponibilidade de fibra; interrupção de fornecimento por descumprimento legal de parceiros; oportunidade de rastreabilidade e mitigação climática	Meta de matérias-primas sustentáveis vinculada à remuneração variável do C-Level; uso predominante de algodão certificado BCI; priorização de algodão brasileiro de áreas com baixo estresse hídrico; participação no programa SouABR com rastreabilidade via blockchain
Viscose e outras fibras celulósicas (MMCF)	Mudança no uso da terra; poluição de solo e água	Riscos reputacionais associados à origem da fibra; risco de interrupção de fornecimento; oportunidade de aumento de transparência na cadeia	Uso do ranking Canopy Report; priorização de produtores com pontuação superior a 31 pontos; rastreabilidade documental
Poliéster	Emissões de gases de efeito estufa	Riscos reputacionais e riscos de transição; oportunidade de redução de impactos por uso de material reciclado	Estratégia focada no uso de poliéster reciclado com certificação internacional; engajamento contínuo em fóruns setoriais e comunicação direta com fornecedores

Porcentagem de matérias-primas certificadas por terceiros com um padrão/norma de sustentabilidade ambiental e/ou social ^{1 2} [SASB CG-AA-440a.4](#)

Em 2025, a C&A informa que 72,2% das matérias-primas utilizadas foram provenientes de fontes mais sustentáveis, ou seja, alinhadas a padrões ambientais e/ou sociais reconhecidos.

No detalhamento por tipo de matéria-prima com certificação de terceiros:

- **Algodão:** mais de 95% do algodão utilizado em 2025 possuía certificação Better Cotton Initiative (BCI), padrão internacional que estabelece critérios ambientais e sociais para a produção do algodão.

- **Fibras celulósicas (viscose, liocel, modal e acetato):** 48,7% das fibras celulósicas utilizadas em 2025 eram provenientes de origem mais sustentável, considerando critérios de qualificação socioambiental e rastreabilidade adotados pela companhia.
- **Poliéster:** o uso de poliéster reciclado certificado seguiu padrões internacionais de certificação, como Recycled Claim Standard (RCS) e Global Recycled Standard (GRS). Em 2025, o volume total de poliéster reciclado utilizado foi superior a 280 toneladas.

Matérias-primas certificadas por terceiros com padrão ambiental e/ou social

Padrão/Norma	2023			2024			2025		
	Peso total (t)	Peso certificado (kg)	Percentual (%)	Peso total (t)	Peso certificado (t)	Percentual (%)	Peso total (t)	Peso certificado (t)	Percentual (%)
Global Recycled Standard (GRS)	-	-	-	6.251,81	200,88	3,21	4.762,35	281,55	5,91
Forest Stewardship Council (FSC)	-	-	-	-	-	-	2.009,69	979,45	48,74
Better Cotton Initiative (BCI)	9.162,49	8.795,85	96,00	13.798,43	13.149,82	95,30	14.192,09	13.853,07	97,61
Outros ³	-	-	-	-	-	-	-	12,60	0,09
Total das matérias-primas	18.199,87	8.795,84	48,75	25.662,10	13.350,71	52,02	20.964,14	15.126,68	72,16

¹ As fibras celulósicas sustentáveis são provenientes de fabricantes listados no Hot Button Report, que avalia critérios como abastecimento florestal, produção de fibras Next Gen, rastreabilidade, uso de certificação FSC e iniciativas de conservação.

² Os números referem-se às fibras principais, considerando partes principais das peças, pesos estimados por categoria e marcas C&A.

³ Neste ciclo foi incluída a categoria "outros", a fim de proporcionar maior clareza na informação. Contudo, para fins de meta de matérias-primas, esse volume é contabilizado como BCI. As certificações adotadas pela C&A são definidas com base no padrão global Preferred Materials da Textile Exchange, que relaciona matérias-primas às respectivas certificações e indicadores ambientais. Essa referência é utilizada para orientar a escolha de certificações reconhecidas internacionalmente no setor têxtil. Adicionalmente, podem ser realizadas adaptações para situações específicas do contexto brasileiro, com a adoção, pela C&A, de regras internas complementares para garantir a adequação às particularidades locais.

Número de fornecedores Tier 1 e fornecedores além do Tier 1 [SASB CG-AA-000](#)

Em 2025, a rede de fornecimento da C&A era composta por:

- 946 fornecedores Tier 1, responsáveis pela produção direta de produtos como vestuário, calçados e itens de beleza. Esses fornecedores correspondem à camada da cadeia com relacionamento comercial direto com a companhia.
- 816 fornecedores além do Tier 1, abrangendo fornecedores Tier 2 e Tier 3, incluindo atividades como fiação, tecelagem, malharia, processos de tingimento, acabamento e fornecimento de insumos e matérias-primas.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório Financeiro de Sustentabilidade demonstra a evolução da C&A na integração dos temas de sustentabilidade e clima à estratégia corporativa, à governança e às demonstrações financeiras. A Companhia avançou no fortalecimento de processos de materialidade, no gerenciamento de riscos e na definição de métricas e metas alinhadas às normas CBPS 01/IFRS S1 e CBPS 02/IFRS 02, reforçando a transparência e a comparabilidade das informações divulgadas.

Apesar dos progressos, a C&A reconhece desafios relevantes, como o aprimoramento contínuo da mensuração de emissões indiretas (Escopo 3), a maior granularidade de análises financeiras prospectivas e a necessidade de ampliar a integração dos temas sociais e de governança ao mesmo nível de robustez já alcançado em clima e meio ambiente.

Como compromissos futuros, a Companhia seguirá investindo em:

- Aprimoramento metodológico na coleta, consolidação e validação de dados de sustentabilidade e clima, com maior automação e integração aos sistemas financeiros;
- Evolução da governança para ampliar a supervisão pela Alta Administração das metas ESG e dos riscos de longo prazo;
- Engajamento setorial e alinhamento regulatório para contribuir com a convergência de práticas e o fortalecimento da comparabilidade internacional;
- Transparência progressiva na divulgação de impactos prospectivos, com maior detalhamento das conexões entre riscos materiais e demonstrações financeiras.

O caminho para o aprimoramento contínuo do reporte passa por revisões periódicas, benchmarking internacional e diálogo com investidores e demais usuários primários, para que a C&A se mantenha aderente às melhores práticas globais e preparada para os desafios da transição para uma economia mais sustentável.



RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04.543-907 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Escopo

Fomos contratados pela C&A Modas S.A. ("Companhia") para realizar um trabalho de asseguração limitada, conforme estabelecido pelas Normas Internacionais de Trabalhos de Asseguração, doravante denominado o trabalho, para emitir um relatório sobre as Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (o "Objeto") da C&A Modas S.A. incluído no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (o "Relatório").

Crítérios aplicados pela C&A Modas S.A.

Na preparação do Objeto, a C&A Modas S.A. aplicou os pronunciamentos CBPS de divulgação de sustentabilidade emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), equivalentes ao IFRS *Sustainability Disclosure Standards* emitidos pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB) (Crítérios).

Responsabilidades da C&A Modas S.A.

A administração da Companhia é responsável pela escolha dos Crítérios, e pela apresentação do Objeto de acordo com esses Crítérios, em todos os aspectos relevantes. Essa responsabilidade inclui estabelecer e manter controles internos, manter registros adequados e fazer estimativas que sejam relevantes para a preparação do Objeto, de modo que o Objeto esteja livre de distorções materiais, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade da EY

Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre a apresentação do Objeto com base nas evidências por nós obtidas.

EY | 1



Shape the future
with confidence

Nosso trabalho foi conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (Revisada) – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 *Revised – Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), e os termos de contratação para este trabalho conforme acordado com a C&A Modas S.A. em 23 de fevereiro de 2026. Essas normas requerem que planejem e executemos nosso trabalho a fim de expressar uma conclusão que informe se temos conhecimento de quaisquer modificações materiais que precisam ser realizadas quanto ao Objeto a fim de que o Objeto esteja em conformidade com os Crítérios, e que emitamos um relatório. A natureza, época e extensão dos procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento, inclusive uma avaliação do risco de distorção material, independentemente se causada por fraude ou erro.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossas conclusões de asseguração limitada.

Nossa independência e gestão de qualidade

Cumprimos com a independência e outros requerimentos de ética da NBC PG 100 - Código de Ética Profissional do Contador, NBC PG 200 - Contadores que Prestam Serviços (Contadores Internos) e NBC PO 900 - Independência para Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, que são fundamentados nos princípios de integridade, objetividade e competência profissional e que, também, consideram o sigilo e o comportamento dos profissionais.

Nossa firma aplica a Norma Internacional sobre Controle de Qualidade NBC PA 01 - Controle de Qualidade para Firms de Auditores Independentes e, consequentemente, mantém um sistema de controle de qualidade abrangente, incluindo políticas e procedimentos documentados relacionados com o cumprimento de requisitos éticos, padrões profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Descrição dos procedimentos executados

A natureza e época dos procedimentos realizados em trabalhos de asseguração limitada variam em relação a trabalhos de asseguração razoável, e são menos extensos do que para trabalhos de asseguração razoável. Consequentemente, o nível de asseguração obtido em um trabalho de asseguração limitada é substancialmente inferior à asseguração que teria sido obtida se um trabalho de asseguração razoável tivesse sido realizado. Nossos procedimentos foram preparados com o objetivo de obter um nível limitado de asseguração o qual servirá como base para nossa conclusão, e não fornecem todas as evidências que seriam necessárias para proporcionar um nível razoável de asseguração.

Embora tenhamos considerado a eficácia dos controles internos utilizados pela administração ao determinar a natureza e extensão dos nossos procedimentos, o objetivo do nosso trabalho de asseguração não foi fornecer asseguração sobre os controles internos da entidade. Nossos procedimentos não incluíram testes de controles ou a realização de procedimentos relacionados à verificação de agregação ou cálculo de dados dentro dos sistemas de TI.

EY | 2

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE



Shape the future
with confidence

Os trabalhos de asseguração limitada consistem em fazer indagações, principalmente de pessoas responsáveis pela preparação das Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e informações relacionadas, e aplicar procedimentos analíticos e outros procedimentos apropriados.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de indagações com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório; e
- d) para os casos em que os dados se correlacionem com indicadores de natureza financeira, o confronto desses indicadores com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Também realizamos outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias específicas.

Conclusão

Com base em nossos procedimentos e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de quaisquer modificações materiais que precisem ser realizadas no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da C&A Modas S.A., a fim de que o Objeto esteja em conformidade com os Critérios.

EY | 3



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Adoção voluntária dos pronunciamentos de sustentabilidade CBPS 01 e CBPS 02

A asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade objeto deste Relatório foi conduzida em decorrência da adoção voluntária pela Companhia dos Pronunciamentos de Sustentabilidade CBPS 01 e CBPS 02, que correspondem respectivamente, às normas IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima, nos termos previstos nas Resoluções CVM nº 193 de 14 de julho de 2023, e resoluções CVM nº 217/2024, 218/2024, 227/2025 e 244/2026, incluindo as flexibilizações (*reliefs*) previstos na norma. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC SP-172167/O

EY | 4



APROVAÇÃO

Este relatório teve sua construção pelas áreas de Controladoria, Sustentabilidade e Riscos, contou com a análise e recomendação do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e Comitê de Gente e ASG e foi aprovado pelo Conselho de Administração da C&A Modas S.A.

Paulo Correa Junior
Presidente

Laurence Beltrão Gomes
Vice-presidente de Adm., Finanças
e Relações com Investidores

Maria Carolina Borghesi
Vice-presidente de Gente,
Cultura e ASG



a gente se encontra na



www.cea.com.br